DIÁRIO OFICIAL



Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro

ÍNDICE

PORTARIA
GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO
TORNA SEM EFEITO
REPUBLICAÇÃO

RESOLUÇÃO
RESOLUCAO Nº 11 PRORROGAÇÃO DE MANDATO CMAS
RESOLUCAO Nº 12 COMISSÃO ELEITORAL CMAS

LEI
ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.929/2026 PARA RETIFICAR A GRAFIA DO NOME DO LOGRADOURO "RUA ESTÉRICA NEVES SANTOS" PARA "RUA ASTÉRICA NEVES SANTOS", SITUADA NO BAIRRO MARCOS FREIRE II
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO, ALTERAÇÃO DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS LOCALIZADOS NOS BAIRROS JARDIM E PARQUE DOS FARÓIS
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO, ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS LOCALIZADOS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE TAIÇOCA
DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA 2 PARA RUA PROFESSORA MARIA DE LOURDES NO BAIRRO FERNANDO COLLOR
DISPÕE SOBRE A PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO PARA PRAÇA JOSÉ ROSALVO LOPES DA SILVA NO BAIRRO JARDIM
INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
INSTITUI O PSDE – PROGRAMA SOCORRENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA
ALTERA A LEI Nº 2.040, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL
CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PENAIS E CIDADANIA
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CONCESSIONÁRIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE PROCEDER AO REPARO E À RECOMPOSIÇÃO DE ESCAVAÇÕES, BURACOS E VALAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO
ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 1.987, DE 16 DE JULHO DE 2026

GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PORTARIA Nº 1846
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Gratificação de Desempenho de que trata a Lei nº 1.151, de 31 de março de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IX, combinado com o art. 91, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal; de conformidade com disposições da Lei nº 538, de 19 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nossa Senhora do Socorro); de acordo com o disposto na Lei nº 1.151, de 31 de março de 2016, e na Lei nº 1.655, de 24 de maio de 2003; de acordo com o que consta do art. 288 da Lei Complementar nº 001, de 28 de janeiro de 2025; e,

Considerando que a referida Lei nº 1.151, de 31 de março de 2016, estabelece critérios e percentuais para a concessão de Gratificação de Desempenho a servidores públicos em Nossa Senhora do Socorro, condicionando sua percepção ao exercício de atividades com atribuições diferenciadas, maior grau de responsabilidade, produtividade ou desempenho funcional;

Considerando a necessidade de reconhecer e valorizar o desempenho funcional que ultrapassa os limites ordinários da função pública;

Considerando o interesse da Administração Pública na otimização da eficiência, da responsabilidade técnica e do compromisso institucional em suas diversas unidades organizacionais;

Considerando o teor do Ofício nº 1.990/2026, procedente da SEMAD/GS, resolve

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PORTARIA Nº 1846
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

C O N C E D E R

Ao(À) servidor(a) ***IZABEL CARINA MOTA DOS SANTOS,*** *CPF. nº 818.***.***-15*, Assistente Administrativo, da Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, a Gratificação de Desempenho, no percentual de mais 50% (cinquenta por cento), a partir de 1 de outubro de 2026.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

TORNA SEM EFEITO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PORTARIA Nº 1847
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Torna sem efeito a portaria nº 1780 de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso IX, combinado com o art. 91, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal; de conformidade com o disposto no art. 8º da Lei nº 538, de 19 de dezembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nossa Senhora do Socorro), resolve:

TORNAR SEM EFEITO

A portaria nº 1780 de 2026 que exonerou o servidor ***ANTONIO NETO MAIA MENEZES,*** *CPF. nº 057.***.***-63*.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

PORTARIA Nº 1815
DE 16 DE OUTUBRO DE 2026

Concede Licença Prêmio ao servidor público do quadro permanente de pessoal efetivo do Poder Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o requerimento protocolado na SEMAD e,

Considerando o disposto no art. 92 da Lei 538 de 19 de dezembro de 2001 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Nossa Senhora do Socorro), acompanhando a Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Socorro, resolve:

C O N C E D E R

O Direito ao Gozo da Licença Prêmio de um (01) mês, de 03/11/2026 até 02/12/2026, a servidora, **HELOISA MARIA DE ALMEIDA NUNES GOIS**, CPF: 662.***.***-00, Odontóloga, do Quadro Permanente de Pessoal Efetivo do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 2010/2015.

Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 16 de outubro de 2026.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

**Reproduzido por ter sido publicado com incorreção.*

RESOLUCAO Nº 11 PRORROGAÇÃO DE MANDATO CMAS

CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução nº 11 de 21 de outubro de 2026

Dispõe sobre a prorrogação do mandato do colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, referente ao biênio 2024/2026, bem como dos membros da Diretoria, incluindo a Presidência e a Vice-Presidência, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela legislação municipal vigente e por seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é instância colegiada de caráter permanente e deliberativo, responsável pelo exercício do controle social da Política Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos trabalhos, das deliberações e do funcionamento regular do CMAS, evitando a descontinuidade das atividades do controle social;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade administrativa da Diretoria do Conselho, compreendendo a Presidência e a Vice-Presidência, até a conclusão dos procedimentos necessários à composição e organização do novo colegiado;

CONSIDERANDO a necessidade de concluir os procedimentos relacionados ao processo de escolha dos representantes para o novo mandato, correspondente ao biênio 2027/2029;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS acerca da prorrogação dos mandatos do colegiado e de sua Diretoria, com efeitos a partir de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o mandato dos membros do colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Nossa Senhora do Socorro/SE, referente ao biênio 2024/2026, a partir de agosto de 2026, até a posse do novo colegiado, conforme deliberação do Plenário e observância da legislação aplicável.

Art. 2º A prorrogação prevista nesta Resolução abrange os membros da Diretoria do CMAS, incluindo a Presidência e a Vice-Presidência, assegurando a continuidade do exercício de suas atribuições durante o período de prorrogação.

Art. 3º Durante o período de prorrogação, o colegiado e a Diretoria deverão manter o exercício de suas competências legais e regimentais, garantindo a continuidade das reuniões, deliberações e demais atividades inerentes ao funcionamento do Conselho.

ConselhoMunicipal de Assistência Social- CMAS
Rua Japaratuba,n°12, Conjunto João Alves –Nossa Senhora do Socorro/SE
E-mail: cmas-socorro.se@hotmail.com

CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 4º A prorrogação de que trata esta Resolução tem caráter excepcional e transitório, devendo ser adotadas as providências necessárias à conclusão do processo de escolha e à posse dos representantes do novo colegiado para o biênio 2027/2029.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2026, desde que a retroatividade tenha sido expressamente aprovada pelo Plenário.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 21 de outubro de 2026.

Itamara Amâncio Barbosa
Presidente CMAS

ConselhoMunicipal de Assistência Social- CMAS
Rua Japaratuba,n°12, Conjunto João Alves –Nossa Senhora do Socorro/SE
E-mail: cmas-socorro.se@hotmail.com

RESOLUCAO Nº 12 COMISSÃO ELEITORAL CMAS

CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resolução nº 12 de 21 de outubro de 2026

Dispõe sobre a constituição da Comissão Eleitoral responsável pelo processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para o biênio 2027/2029.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação vigente e por seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da Assistência Social e a participação da sociedade civil no controle social da política de assistência social;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a organização, a transparência e a regularidade do processo de escolha dos representantes que integrarão o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no biênio 2027/2029;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CMAS durante a reunião ordinária realizada em 09 de outubro de 2026, que aprovou a formação da Comissão Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Eleitoral responsável pela organização, coordenação e acompanhamento do processo de escolha dos representantes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Nossa Senhora do Socorro/SE para o biênio 2027/2029, composta pelos seguintes membros:

I – Michelle Marry Costa Campos;

II – Lienar Matos Almeida de Jesus;

III – Silvânia Vieira Barreto;

IV – Gilvânia Ferreira Marques.

Art. 2º Compete à Comissão Eleitoral:

I – planejar e organizar o processo eleitoral para composição do CMAS no biênio 2027/2029;

II – elaborar e submeter à apreciação do Plenário, quando necessário, a proposta de edital e o cronograma do processo eleitoral;

ConselhoMunicipal de Assistência Social- CMAS
Rua Japaratuba,n°12, Conjunto João Alves –Nossa Senhora do Socorro/SE
E-mail: cmas-socorro.se@hotmail.com

CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

III – acompanhar os procedimentos de inscrição, habilitação e análise da documentação das entidades e dos representantes participantes, conforme as normas aplicáveis;

IV – assegurar a transparência, a isonomia e a publicidade dos atos relacionados ao processo eleitoral;

V – receber e analisar recursos e impugnações, conforme as regras estabelecidas no edital e no Regimento Interno;

VI – apresentar ao Plenário do CMAS relatório final dos trabalhos e o resultado do processo eleitoral, para as providências cabíveis.

Art. 3º A Comissão Eleitoral deverá observar a legislação vigente, o Regimento Interno do CMAS e as demais normas aplicáveis ao processo de escolha, submetendo ao Plenário as matérias que dependam de deliberação do Conselho.

Art. 4º Os membros da Comissão Eleitoral deverão atuar com imparcialidade, transparência e responsabilidade, garantindo a regularidade dos procedimentos eleitorais.

Art. 5º Os casos omissos serão encaminhados ao Plenário do CMAS para apreciação e deliberação, observadas as disposições legais e regimentais pertinentes.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro/SE, 21 de outubro de 2026.

Tamara Andreia Barbosa
Presidente CMAS

ConselhoMunicipal de Assistência Social- CMAS
Rua Japaratuba,n°12, Conjunto João Alves –Nossa Senhora do Socorro/SE
E-mail: cmas-socorro.se@hotmail.com

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.929/2026 PARA RETIFICAR A GRAFIA DO NOME DO LOGRADOURO "RUA ESTÉRICA NEVES SANTOS" PARA "RUA ASTÉRICA NEVES SANTOS", SITUADA NO BAIRRO MARCOS FREIRE II

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.043
DE 21 DE OUTUBRO DE 2026

Altera a redação da Lei Municipal nº 1.929/2026 para retificar a grafia do nome do logradouro "Rua Estérica Neves Santos" para "Rua Astérica Neves Santos", situada no Bairro Marcos Freire II, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O logradouro "*Rua Estérica Neves Santos*" denomina-se "*Rua Astérica Neves Santos*", Bairro Marcos Freire II, CEP 49156-382, entre coordenadas -10.859396, -37.055179 até -10.857467, -37.054068.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 21 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO, ALTERAÇÃO DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS LOCALIZADOS NOS BAIRROS JARDIM E PARQUE DOS FARÓIS

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a denominação, alteração denominação de logradouros públicos localizados nos bairros jardim e parque dos faróis, no município de nossa senhora do socorro/se, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 O logradouro Avenida A, Conjunto Jardim I, denomina-se Avenida Raul Seixas, Bairro Jardim, CEP 49162-589, entre as coordenadas -10.889642, -37.145140 (Início) e -10.892471, -37.142445 (Fim).

Art. 2 O logradouro Avenida B, denomina-se Avenida Luiz Gonzaga, Bairro Jardim, CEP 49162-556, entre as coordenadas -10.893535, -37.143893 (Início) e -10.893906, -37.143602 (Fim).

Art. 3 O logradouro Avenida E, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua José Rico, Bairro Jardim, CEP 49162-655, entre as coordenadas -10.885275, -37.144348 (Início) e -10.888403, -37.145500 (Fim).

Art. 4 O logradouro Avenida E, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Camarões, Bairro Jardim, CEP 49162-658, entre as coordenadas -10.888517, -37.145031 (Início) e -10.886778, -37.144411 (Fim).

Art. 5 O logradouro Rua A, Conjunto Agda Fontes Ferreira, denomina-se Rua Alabama, Bairro Jardim, CEP 49162-

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

310, entre as coordenadas -10.896638, -37.136940 (Início) e -10.896647, -37.135891 (Fim).

Art. 6 O logradouro Rua A (Trecho Desmembrado), Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Dominguinhos, Bairro Jardim, CEP 49162-583, entre as coordenadas -10.891771, -37.143612 (Início) e -10.893118, -37.142439 (Fim).

Art. 7 O logradouro Rua A, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilhas Canárias, Bairro Jardim, CEP 49162-424, entre as coordenadas -10.895604, -37.148078 (Início) e -10.897306, -37.148634 (Fim).

Art. 8 O logradouro Rua A, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Stanley, Bairro Jardim, CEP 49162-661, entre as coordenadas -10.891384, -37.143215 (Início) e -10.891449, -37.142313 (Fim).

Art. 9 O logradouro Rua A1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Jackson do Pandeiro, Bairro Jardim, CEP 49162-514, entre as coordenadas -10.894918, -37.148639 (Início) e -10.892583, -37.148471 (Fim).

Art. 10º O logradouro Rua B, denomina-se Rua Assunção, Bairro Jardim, CEP 49162-355, entre as coordenadas -10.900854, -37.143001 (Início) e -10.898839, -37.144362 (Fim).

Art. 11º O logradouro Rua B, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Gabriel Diniz, Bairro Jardim, CEP 49162-577, entre as coordenadas -10.891532, -37.144342 (Início) e -10.893417, -37.142730 (Fim).

Art. 12º O logradouro Rua B, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilha do Paraíso, Bairro Jardim, CEP 49162-421, entre as coordenadas -10.895721, -37.148020 (Início) e -10.897309, -37.148260 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 13º O logradouro Rua B, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Etna, Bairro Jardim, CEP 49162-664, entre as coordenadas -10.890957, -37.143582 (Início) e -10.891059, -37.142137 (Fim).

Art. 14º O logradouro Rua B, Loteamento Parque Maio, denomina-se Rua Porto Príncipe, Bairro Jardim, CEP 49162-382, entre as coordenadas -10.900755, -37.147945 (Início) e -10.897299, -37.147851 (Fim).

Art. 15º O logradouro Rua B1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Cauby Peixoto, Bairro Jardim, CEP 49162-505, entre as coordenadas -10.892553, -37.148879 (Início) e -10.894895, -37.149075 (Fim).

Art. 16º O logradouro Rua Balbino José, denomina-se Rua Roma, Bairro Jardim, CEP 49162-406, entre as coordenadas -10.897401, -37.150525 (Início) e -10.897384, -37.149716 (Fim).

Art. 17º O logradouro Rua Bela Vista, denomina-se Rua Luxemburgo, Bairro Jardim, CEP 49162-397, entre as coordenadas -10.899031, -37.149690 (Início) e -10.897157, -37.149713 (Fim).

Art. 18º O logradouro Rua Bernadino Dantas, denomina-se Rua Taiguara, Bairro Jardim, CEP 49162-652, entre as coordenadas -10.884948, -37.145520 (Início) e -10.885156, -37.144581 (Fim).

Art. 19º O logradouro Rua C, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilhas Cayman, Bairro Jardim, CEP 49162-418, entre as coordenadas -10.896257, -37.147741 (Início) e -10.897301, -37.147895 (Fim).

Art. 20º O logradouro Rua C, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Blanca, Bairro Jardim, CEP 49162-667,

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

entre as coordenadas -10.890501, -37.143975 (Início) e -10.890664, -37.141955 (Fim).

Art. 21º O logradouro Rua C, Loteamento Parque Maio, denomina-se Rua Bogotá, Bairro Jardim, CEP 49162-385, entre as coordenadas -10.900469, -37.148748 (Início) e -10.899008, -37.148445 (Fim).

Art. 22º O logradouro Rua Carlos Antônio Santos Batista passa a ter sua tipologia alterada para Avenida Carlos Antônio Santos Batista, Bairro Jardim, CEP 49162-448, entre as coordenadas -10.894657, -37.146175 (Início) e -10.891820, -37.139186 (Fim).

Art. 23º O logradouro Rua D, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Cristiano Araújo, Bairro Jardim, CEP 49162-568, entre as coordenadas -10.891513, -37.144614 (Início) e -10.893423, -37.143282 (Fim).

Art. 24º O logradouro Rua D e Rua São João, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilha de Marajó, Bairro Jardim, CEP 49162-427, entre as coordenadas -10.894899, -37.148315 (Início) e -10.896958, -37.147312 (Fim).

Art. 25º O logradouro Rua D, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Berlin, Bairro Jardim, CEP 49162-670, entre as coordenadas -10.890062, -37.144353 (Início) e -10.890257, -37.141997 (Fim).

Art. 26º O logradouro Rua D, Loteamento Parque Maio, denomina-se Rua Beirute, Bairro Jardim, CEP 49162-370, entre as coordenadas -10.900069, -37.147155 (Início) e -10.898966, -37.147339 (Fim).

Art. 27º O logradouro Rua D1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Marciano, Bairro Jardim, CEP 49162-523, entre

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

as coordenadas -10.892615, -37.148039 (Início) e -10.892545, -37.148986 (Fim).

Art. 28º O logradouro Rua da Paz, denomina-se Rua Antônio Marcos, Bairro Jardim, CEP 49162-649, entre as coordenadas -10.885498, -37.147530 (Início) e -10.884910, -37.145484 (Fim).

Art. 29º O logradouro Rua Durval Fontes Souza, denomina-se Rua Vinicius de Moraes, Bairro Jardim, CEP 49162-598, entre as coordenadas -10.889926, -37.147341 (Início) e -10.889274, -37.145934 (Fim).

Art. 30º O logradouro Rua E, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilha Ocidental, Bairro Jardim, CEP 49162-433, entre as coordenadas -10.895330, -37.148194 (Início) e -10.894657, -37.146175 (Fim).

Art. 31º O logradouro Rua E, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Sinai, Bairro Jardim, CEP 49162-673, entre as coordenadas -10.889631, -37.144724 (Início) e -10.889819, -37.142332 (Fim).

Art. 32º O logradouro Rua E, Loteamento Parque Maio, denomina-se Rua Tóquio, Bairro Jardim, CEP 49162-373, entre as coordenadas -10.899504, -37.146492 (Início) e -10.899536, -37.147244 (Fim).

Art. 33º O logradouro Rua E1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Luiz Melodia, Bairro Jardim, CEP 49162-529, entre as coordenadas -10.890419, -37.147447 (Início) e -10.893726, -37.147685 (Fim).

Art. 34º O logradouro Rua Eudálio Gouveia e Rua I, Loteamento Parque Maio, denomina-se Rua Jacarta, Bairro Jardim,

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CEP 49162-400, entre as coordenadas -10.898498, -37.150927 (Início) e -10.898420, -37.147878 (Fim).

Art. 35º O logradouro Rua F, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilha do Conde, Bairro Jardim, CEP 49162-436, entre as coordenadas -10.895125, -37.147765 (Início) e -10.896309, -37.147015 (Fim).

Art. 36º O logradouro Rua F, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte San Lorenzo, Bairro Jardim, CEP 49162-676, entre as coordenadas -10.889138, -37.144964 (Início) e -10.889361, -37.142633 (Fim).

Art. 37º O logradouro Rua F, Loteamento Parque Maio, denomina-se Rua Londres, Bairro Jardim, CEP 49162-376, entre as coordenadas -10.899921, -37.148470 (Início) e -10.900149, -37.146537 (Fim).

Art. 38º O logradouro Rua F1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Genival Lacerda, Bairro Jardim, CEP 49162-487, entre as coordenadas -10.893344, -37.147657 (Início) e -10.893119, -37.144229 (Fim).

Art. 39º O logradouro Rua G, denomina-se Rua Havana, Bairro Jardim, CEP 49162-412, entre as coordenadas -10.897289, -37.147466 (Início) e -10.898970, -37.147456 (Fim).

Art. 40º O logradouro Rua G, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Sivuca, Bairro Jardim, CEP 49162-463, entre as coordenadas -10.893383, -37.144562 (Início) e -10.894096, -37.143950 (Fim).

Art. 41º O logradouro Rua G, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilha Vancouver, Bairro Jardim, CEP 49162-439, entre as coordenadas -10.894745, -37.147504 (Início) e -10.896004, -37.146780 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 42º O logradouro Rua G, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Aconcágua, Bairro Jardim, CEP 49162-679, entre as coordenadas -10.888762, -37.145018 (Início) e -10.888967, -37.142702 (Fim).

Art. 43º O logradouro Rua G, Loteamento Parque Maio, denomina-se Rua Nairóbi, Bairro Jardim, CEP 49162-379, entre as coordenadas -10.900396, -37.148711 (Início) e -10.900711, -37.146668 (Fim).

Art. 44º O logradouro Rua G1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Nelson Gonçalves, Bairro Jardim, CEP 49162-532, entre as coordenadas -10.892088, -37.147567 (Início) e -10.892232, -37.144969 (Fim).

Art. 45º O logradouro Rua H, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilha do Tesouro, Bairro Jardim, CEP 49162-442, entre as coordenadas -10.894982, -37.147031 (Início) e -10.895728, -37.146543 (Fim).

Art. 46º O logradouro Rua H, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Olimpo, Bairro Jardim, CEP 49162-682, entre as coordenadas -10.888381, -37.144985 (Início) e -10.888553, -37.142872 (Fim).

Art. 47º O logradouro Rua H, Loteamento Parque Maio e Rua C, Loteamento Nova Palestina, denomina-se Rua Paris, Bairro Jardim, CEP 49162-391, entre as coordenadas -10.897943, -37.151139 (Início) e -10.897861, -37.147869 (Fim).

Art. 48º O logradouro Rua H1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua João Gilberto, Bairro Jardim, CEP 49162-535, entre as coordenadas -10.890459, -37.147012 (Início) e -10.892112, -37.147132 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 49º O logradouro Rua I, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Ilha Bela, Bairro Jardim, CEP 49162-445, entre as coordenadas -10.894853, -37.146681 (Início) e -10.895448, -37.146337 (Fim).

Art. 50º O logradouro Rua I, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte das Oliveiras, Bairro Jardim, CEP 49162-685, entre as coordenadas -10.887982, -37.144852 (Início) e -10.888116, -37.143156 (Fim).

Art. 51º O logradouro Rua I1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua João Mineiro, Bairro Jardim, CEP 49162-538, entre as coordenadas -10.889367, -37.146890 (Início) e -10.891436, -37.146677 (Fim).

Art. 52º O logradouro Rua J, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Agnaldo Rayol, Bairro Jardim, CEP 49162-469, entre as coordenadas -10.893512, -37.144725 (Início) e -10.894226, -37.144761 (Fim).

Art. 53º O logradouro Rua J, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Fuji, Bairro Jardim, CEP 49162-688, entre as coordenadas -10.887564, -37.144712 (Início) e -10.887702, -37.143332 (Fim).

Art. 54º O logradouro Rua J, Loteamento Parque Maio e Rua J, Loteamento Nova Palestina, denomina-se Rua Liverpool, Bairro Jardim, CEP 49162-367, entre as coordenadas -10.899024, -37.151226 (Início) e -10.898899, -37.145926 (Fim).

Art. 55º O logradouro Rua João Alves Filho, denomina-se Rua Agnaldo Timóteo, Bairro Jardim, CEP 49162-601, entre as coordenadas -10.889736, -37.148156 (Início) e -10.888874, -37.145852 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 56º O logradouro Rua K, Conjunto Jardim II, denomina-se Rua Estreito de Gibraltar, Bairro Jardim, CEP 49162-409, entre as coordenadas -10.896541, -37.150647 (Início) e -10.897145, -37.147200 (Fim).

Art. 57º O logradouro Rua K1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Chico Rey, Bairro Jardim, CEP 49162-541, entre as coordenadas -10.890957, -37.146636 (Início) e -10.890542, -37.145798 (Fim).

Art. 58º O logradouro Rua L, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Altemar Dutra, Bairro Jardim, CEP 49162-472, entre as coordenadas -10.894309, -37.145195 (Início) e -10.893523, -37.145132 (Fim).

Art. 59º O logradouro Rua L, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Sião, Bairro Jardim, CEP 49162-691, entre as coordenadas -10.887178, -37.144561 (Início) e -10.887280, -37.143511 (Fim).

Art. 60º O logradouro Rua L1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Emílio Santiago, Bairro Jardim, CEP 49162-544, entre as coordenadas -10.890729, -37.145164 (Início) e -10.891677, -37.147100 (Fim).

Art. 61º O logradouro Rua M, Conjunto Jardim III, denomina-se Rua Monte Carlo, Bairro Jardim, CEP 49162-694, entre as coordenadas -10.886778, -37.144411 (Início) e -10.886865, -37.143660 (Fim).

Art. 62º O logradouro Rua M, Conjunto Jardim III (Trecho Desmembrado), denomina-se Rua Monte Caburaí, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.886865, -37.143660 (Início) e -10.892344, -37.142388 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 63º O logradouro Rua N, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Vander Lee, Bairro Jardim, CEP 49162-475, entre as coordenadas -10.894392, -37.145624 (Início) e -10.893493, -37.145552 (Fim).

Art. 64º O logradouro Rua N1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Vicente Celestino, Bairro Jardim, CEP 49162-550, entre as coordenadas -10.892158, -37.146242 (Início) e -10.891595, -37.145042 (Fim).

Art. 65º O logradouro Rua Nossa Senhora Aparecida, Alto da Bela Vista, denomina-se Rua Paulo Sérgio, Bairro Jardim, CEP 49162-643, entre as coordenadas -10.886182, -37.147657 (Início) e -10.885395, -37.145766 (Fim).

Art. 66º O logradouro Rua Nossa Senhora Aparecida, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Gonzaguinha, Bairro Jardim, CEP 49162-457, entre as coordenadas -10.894242, -37.144045 (Início) e -10.895333, -37.143799 (Fim).

Art. 67º O logradouro Rua Nossa Senhora de Fátima, denomina-se Rua Sambista Cartola, Bairro Jardim, CEP 49162-562, entre as coordenadas -10.891143, -37.144893 (Início) e -10.891254, -37.143501 (Fim).

Art. 68º O logradouro Rua Nossa Senhora de Fátima, denomina-se Rua Nelson Cavaquinho, Bairro Jardim, CEP 49162-637, entre as coordenadas -10.886698, -37.147366 (Início) e -10.886052, -37.145970 (Fim).

Art. 69º O logradouro Rua Nossa Senhora do Socorro, denomina-se Rua Cantor Jessé, Bairro Jardim, CEP 49162-631, entre as coordenadas -10.887962, -37.148464 (Início) e -10.886867, -37.146021 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 70º O logradouro Rua Nova Esperança, denomina-se Rua Cazuza, Bairro Jardim, CEP 49162-592, entre as coordenadas -10.890141, -37.147388 (Início) e -10.890191, -37.145565 (Fim).

Art. 71º O logradouro Rua Novateba, denomina-se Rua Lupicínio Rodrigues, Bairro Jardim, CEP 49162-451, entre as coordenadas -10.894813, -37.145287 (Início) e -10.894650, -37.143915 (Fim).

Art. 72º O logradouro Rua O1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Erasmo Carlos, Bairro Jardim, CEP 49162-565, entre as coordenadas -10.891490, -37.144925 (Início) e -10.891652, -37.143156 (Fim).

Art. 73º O logradouro Rua P, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Nelson Ned, Bairro Jardim, CEP 49162-478, entre as coordenadas -10.894475, -37.146055 (Início) e -10.893463, -37.145971 (Fim).

Art. 74º O logradouro Rua P1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Carlos Lyra, Bairro Jardim, CEP 49162-559, entre as coordenadas -10.890762, -37.145011 (Início) e -10.890876, -37.143829 (Fim).

Art. 75º O logradouro Rua R, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Adoniran Barbosa, Bairro Jardim, CEP 49162-481, entre as coordenadas -10.894558, -37.146490 (Início) e -10.893434, -37.146388 (Fim).

Art. 76º O logradouro Rua R1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua João Nogueira, Bairro Jardim, CEP 49162-604, entre as coordenadas -10.889726, -37.147682 (Início) e -10.888311, -37.148373 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 77º O logradouro Rua S1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Moraes Moreira, Bairro Jardim, CEP 49162-607, entre as coordenadas -10.888125, -37.147990 (Início) e -10.889553, -37.147281 (Fim).

Art. 78º O logradouro Rua Santa Bárbara (Denominação Popular), denomina-se Rua Santa Bárbara, Bairro Jardim, CEP 49162-364, entre as coordenadas -10.898899, -37.145926 (Início) e -10.898779, -37.142540 (Fim).

Art. 79º O logradouro Rua Santa Gleide, denomina-se Rua Tim Maia, Bairro Jardim, CEP 49162-595, entre as coordenadas -10.889846, -37.146583 (Início) e -10.889851, -37.145607 (Fim).

Art. 80º O logradouro Rua Santo Antônio, denomina-se Rua Zé Américo, Bairro Jardim, CEP 49162-634, entre as coordenadas -10.886978, -37.147141 (Início) e -10.886491, -37.146016 (Fim).

Art. 81º O logradouro Rua São Francisco de Assis, denomina-se Rua Alípio Martins, Bairro Jardim, CEP 49162-640, entre as coordenadas -10.886444, -37.147546 (Início) e -10.885827, -37.145923 (Fim).

Art. 82º O logradouro Rua São João passa a ter sua tipologia alterada para Avenida São João, Bairro Jardim, CEP 49162-415, entre as coordenadas -10.901290, -37.144307 (Início) e -10.894499, -37.146177 (Fim).

Art. 83º O logradouro Rua T1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Belchior, Bairro Jardim, CEP 49162-610, entre as coordenadas -10.887945, -37.147607 (Início) e -10.889373, -37.146901 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 84º O logradouro Rua U, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Bezerra da Silva, Bairro Jardim, CEP 49162-484, entre as coordenadas -10.893447, -37.147355 (Início) e -10.894421, -37.146478 (Fim).

Art. 85º O logradouro Rua U1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Jair Rodrigues, Bairro Jardim, CEP 49162-613, entre as coordenadas -10.887765, -37.147223 (Início) e -10.889195, -37.146526 (Fim).

Art. 86º O logradouro Rua V1 Alto da Bela Vista, denomina-se Rua Orlando Silva, Bairro Jardim, CEP 49162-628, entre as coordenadas -10.887597, -37.146866 (Início) e -10.886182, -37.147657 (Fim).

Art. 87º O logradouro Rua V1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Ary Barroso, Bairro Jardim, CEP 49162-616, entre as coordenadas -10.887585, -37.146840 (Início) e -10.889011, -37.146139 (Fim).

Art. 88º O logradouro Rua W, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Waldick Soriano, Bairro Jardim, CEP 49162-493, entre as coordenadas -10.894764, -37.147617 (Início) e -10.894068, -37.146795 (Fim).

Art. 89º O logradouro Rua W1, Conjunto Jardim I, denomina-se Avenida Renato Russo, Bairro Jardim, CEP 49162-625, entre as coordenadas -10.888334, -37.148421 (Início) e -10.887205, -37.146033 (Fim).

Art. 90º O logradouro Rua X, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Sambista Jamelão, Bairro Jardim, CEP 49162-496, entre as coordenadas -10.894715, -37.148199 (Início) e -10.893755, -37.147075 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 91º O logradouro Rua X1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Dorival Caymmi, Bairro Jardim, CEP 49162-619, entre as coordenadas -10.888774, -37.145784 (Início) e -10.887405, -37.146459 (Fim).

Art. 92º O logradouro Rua Y, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua João Donato, Bairro Jardim, CEP 49162-499, entre as coordenadas -10.894122, -37.148154 (Início) e -10.893371, -37.147266 (Fim).

Art. 93º O logradouro Rua Y1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua Reginaldo Rossi, Bairro Jardim, CEP 49162-571, entre as coordenadas -10.892264, -37.144246 (Início) e -10.891639, -37.143443 (Fim).

Art. 94º O logradouro sem denominação, denomina-se Travessa Chorão, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.892310, -37.148016 (Início) e -10.892333, -37.147584 (Fim).

Art. 95º O logradouro sem denominação, denomina-se Travessa Jerry Adriani, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.894363, -37.148594 (Início) e -10.894396, -37.148175 (Fim).

Art. 96º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Juca Chaves, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.887480, -37.148195 (Início) e -10.886969, -37.147161 (Fim).

Art. 97º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Tinoco, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.893995, -37.143640 (Início) e -10.893580, -37.142838 (Fim).

Art. 98º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Gerson Filho, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.893580, -37.142838 (Início) e -10.894128, -37.142025 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 99º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Cairo, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.897091, -37.147232 (Início) e -10.896006, -37.146345 (Fim).

Art. 100º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Quito, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.897201, -37.147149 (Início) e -10.897145, -37.146294 (Fim).

Art. 101º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Córdoba, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.895350, -37.144130 (Início) e -10.898823, -37.144010 (Fim).

Art. 102º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Varsóvia, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.895241, -37.143154 (Início) e -10.900507, -37.141089 (Fim).

Art. 103º O logradouro sem denominação, denomina-se Travessa Cassiano, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.892090, -37.144413 (Início) e -10.892354, -37.144729 (Fim).

Art. 104º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Evaldo Gouveia, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.886249, -37.148295 (Início) e -10.887192, -37.147769 (Fim).

Art. 105º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Tonico, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.894877, -37.143844 (Início) e -10.894453, -37.143191 (Fim).

Art. 106º O logradouro sem denominação, denomina-se Acesso Cardeal, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.894723, -37.144483 (Início) e -10.894315, -37.144529 (Fim).

Art. 107º O logradouro sem denominação, denomina-se Avenida Baviera, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.901248, -37.136661 (Início) e -10.901515, -37.144488 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 108º O logradouro sem denominação, denomina-se Travessa Copaíba, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.895355, -37.145257 (Início) e -10.895486, -37.145800 (Fim).

Art. 109º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Carlos Alexandre, Bairro Jardim, entre as coordenadas -10.884777, -37.147139 (Início) e -10.886755, -37.148709 (Fim).

Art. 110º O logradouro Travessa A, Conjunto Jardim I, denomina-se Travessa Tião Carreiro, Bairro Jardim, CEP 49162-580, entre as coordenadas -10.892442, -37.143028 (Início) e -10.892717, -37.143345 (Fim).

Art. 111º O logradouro Travessa B, Conjunto Jardim I, denomina-se Travessa Barrerito, Bairro Jardim, CEP 49162-586, entre as coordenadas -10.891696, -37.143117 (Início) e -10.891959, -37.143449 (Fim).

Art. 112º O logradouro Travessa C, Conjunto Jardim I, denomina-se Travessa João Paulo, Bairro Jardim, CEP 49162-574, entre as coordenadas -10.892978, -37.143649 (Início) e -10.893248, -37.143993 (Fim).

Art. 113º O logradouro Travessa D, Conjunto Jardim I, denomina-se Travessa Agepê, Bairro Jardim, CEP 49162-466, entre as coordenadas -10.893687, -37.144301 (Início) e -10.894157, -37.144340 (Fim).

Art. 114º O logradouro Travessa da Paz, denomina-se Rua Paulo Diniz, Bairro Jardim, CEP 49162-646, entre as coordenadas -10.885945, -37.147376 (Início) e -10.884746, -37.148875 (Fim).

Art. 115º O logradouro Travessa E, Conjunto Jardim I, denomina-se Travessa Dicró, Bairro Jardim, CEP 49162-490, entre

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

as coordenadas -10.894615, -37.146789 (Início) e -10.894379, -37.146515 (Fim).

Art. 116º O logradouro Travessa H, Conjunto Jardim I, denomina-se Travessa Wando, Bairro Jardim, CEP 49162-511, entre as coordenadas -10.893548, -37.148962 (Início) e -10.893578, -37.148538 (Fim).

Art. 117º O logradouro Travessa M, Conjunto Jardim III, denomina-se Travessa Monte Moriá, Bairro Jardim, CEP 49162-697, entre as coordenadas -10.886801, -37.144210 (Início) e -10.886026, -37.144049 (Fim).

Art. 118º O logradouro Travessa São João, denomina-se Travessa Rosa Mística, Bairro Jardim, CEP 49162-358, entre as coordenadas -10.900399, -37.144906 (Início) e -10.900662, -37.143141 (Fim).

Art. 119º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Abaeté, Bairro Palestina de Dentro, entre as coordenadas -10.906134, -37.160656 (Início) e -10.907482, -37.160186 (Fim).

Art. 120º O logradouro Rua Jocelino Emílio de Carvalho (denominação popular), fica oficialmente denominado como Avenida Jocelino Emílio de Carvalho, Bairro Palestina de Fora, CEP 49163-035, entre as coordenadas -10.903046, -37.146507 (Início) e -10.900640, -37.152258 (Fim).

Art. 121º O logradouro Rua Turquesa, passa a ter sua tipologia alterada para Avenida Turquesa, Bairro Palestina de Fora, CEP 49163-090, entre as coordenadas -10.902552, -37.153029 (Início) e -10.904616, -37.148850 (Fim).

Art. 122º O logradouro Avenida Chesf, denomina-se Avenida Panamá, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-330, entre

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

as coordenadas -10.906252, -37.135656 (Início) e -10.905716, -37.139658 (Fim).

Art. 123º O logradouro Avenida JS, denomina-se Rua Jamaica, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-320, entre as coordenadas -10.902891, -37.138310 (Início) e -10.905696, -37.138109 (Fim).

Art. 124º O logradouro Avenida P1/P2, Conjunto Célia Cabral Duarte, denomina-se Rua Vale dos Ipês, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-420, entre as coordenadas -10.911111, -37.134347 (Início) e -10.911825, -37.133846 (Fim).

Art. 125º O logradouro Rua 15, denomina-se Rua Estónia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-422, entre as coordenadas -10.910102, -37.136525 (Início) e -10.910767, -37.136356 (Fim).

Art. 126º O logradouro Rua 18, denomina-se Rua Espanha, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-424, entre as coordenadas -10.910484, -37.135368 (Início) e -10.911232, -37.137926 (Fim).

Art. 127º O logradouro Rua 2, denomina-se Rua Eslováquia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-390, entre as coordenadas -10.907819, -37.136168 (Início) e -10.909993, -37.136087 (Fim).

Art. 128º O logradouro Rua 20, denomina-se Rua Finlândia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-430, entre as coordenadas -10.911044, -37.137298 (Início) e -10.916275, -37.135752 (Fim).

Art. 129º O logradouro Rua 21, denomina-se Rua França, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-428, entre as

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

coordenadas -10.910855, -37.136672 (Início) e -10.917823, -37.134818 (Fim).

Art. 130º O logradouro Rua 22, denomina-se Rua Grécia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-426, entre as coordenadas -10.910657, -37.136015 (Início) e -10.913569, -37.134886 (Fim).

Art. 131º O logradouro Rua 24, denomina-se Rua Lituânia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-434, entre as coordenadas -10.912402, -37.138097 (Início) e -10.922467, -37.135270 (Fim).

Art. 132º O logradouro Rua 25, denomina-se Rua Letónia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-436, entre as coordenadas -10.912542, -37.138781 (Início) e -10.914123, -37.137709 (Fim).

Art. 133º O logradouro Rua 26, denomina-se Rua Islândia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-438, entre as coordenadas -10.914263, -37.138422 (Início) e -10.913184, -37.139135 (Fim).

Art. 134º O logradouro Rua 27, denomina-se Rua Irlanda, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-440, entre as coordenadas -10.913790, -37.138734 (Início) e -10.913916, -37.139565 (Fim).

Art. 135º O logradouro Rua 28, denomina-se Rua Itália, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-442, entre as coordenadas -10.913436, -37.134209 (Início) e -10.914513, -37.139699 (Fim).

Art. 136º O logradouro Rua 29, denomina-se Rua Montenegro, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-444, entre as coordenadas -10.914075, -37.134030 (Início) e -10.914328, -37.135462 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 137º O logradouro Rua 3, denomina-se Rua Dinamarca, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-388, entre as coordenadas -10.907669, -37.136837 (Início) e -10.910160, -37.136747 (Fim).

Art. 138º O logradouro Rua 31, denomina-se Rua Noruega, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-456, entre as coordenadas -10.915155, -37.132875 (Início) e -10.915614, -37.135225 (Fim).

Art. 139º O logradouro Rua 32, denomina-se Rua Macedónia do Norte, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-450, entre as coordenadas -10.914576, -37.136762 (Início) e -10.915043, -37.139620 (Fim).

Art. 140º O logradouro Rua 33, denomina-se Rua Mónaco, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-452, entre as coordenadas -10.915514, -37.138272 (Início) e -10.914874, -37.138391 (Fim).

Art. 141º O logradouro Rua 34, denomina-se Rua Moldávia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-446, entre as coordenadas -10.914783, -37.137891 (Início) e -10.914176, -37.137981 (Fim).

Art. 142º O logradouro Rua 35, denomina-se Rua Malta, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-448, entre as coordenadas -10.914426, -37.139253 (Início) e -10.914998, -37.139142 (Fim).

Art. 143º O logradouro Rua 36, denomina-se Rua Países Baixos, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-460, entre as coordenadas -10.915334, -37.137292 (Início) e -10.922346, -37.135854 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 144º O logradouro Rua 37, denomina-se Rua Polônia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-462, entre as coordenadas -10.915452, -37.137934 (Início) e -10.916635, -37.137698 (Fim).

Art. 145º O logradouro Rua 38, denomina-se Rua Romênia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-464, entre as coordenadas -10.915568, -37.138571 (Início) e -10.916735, -37.138344 (Fim).

Art. 146º O logradouro Rua 39, denomina-se Rua República Checa, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-466, entre as coordenadas -10.915687, -37.139205 (Início) e -10.917108, -37.138942 (Fim).

Art. 147º O logradouro Rua 41, denomina-se Rua San Marino, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-470, entre as coordenadas -10.917363, -37.138472 (Início) e -10.917079, -37.136934 (Fim).

Art. 148º O logradouro Rua 42, denomina-se Rua Portugal, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-472, entre as coordenadas -10.916305, -37.132635 (Início) e -10.916959, -37.136308 (Fim).

Art. 149º O logradouro Rua 44, denomina-se Rua Timor-Leste, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-476, entre as coordenadas -10.918542, -37.138901 (Início) e -10.918155, -37.136703 (Fim).

Art. 150º O logradouro Rua 45, denomina-se Rua Reino Unido, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-488, entre as coordenadas -10.917494, -37.133010 (Início) e -10.918055, -37.136096 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 151º O logradouro Rua 46, denomina-se Rua Nova Zelândia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-486, entre as coordenadas -10.918247, -37.134024 (Início) e -10.919117, -37.138797 (Fim).

Art. 152º O logradouro Rua 47, denomina-se Rua África do Sul, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-490, entre as coordenadas -10.918804, -37.133919 (Início) e -10.919159, -37.135889 (Fim).

Art. 153º O logradouro Rua 48, denomina-se Rua Suécia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-478, entre as coordenadas -10.921300, -37.138363 (Início) e -10.917990, -37.139003 (Fim).

Art. 154º O logradouro Rua 48-A, denomina-se Rua Cabo Verde, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-487, entre as coordenadas -10.920286, -37.138565 (Início) e -10.920075, -37.137466 (Fim).

Art. 155º O logradouro Rua 49, denomina-se Rua Ilhas Marechal, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-480, entre as coordenadas -10.919019, -37.138258 (Início) e -10.921216, -37.137812 (Fim).

Art. 156º O logradouro Rua 49-A, denomina-se Rua Angola, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-501, entre as coordenadas -10.919066, -37.132155 (Início) e -10.919701, -37.135787 (Fim).

Art. 157º O logradouro Rua 5, denomina-se Rua Croácia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-384, entre as coordenadas -10.907377, -37.138145 (Início) e -10.909145, -37.138089 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 158º O logradouro Rua 50, denomina-se Rua Benim, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-482, entre as coordenadas -10.918918, -37.137707 (Início) e -10.921110, -37.137250 (Fim).

Art. 159º O logradouro Rua 51, denomina-se Rua Rússia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-468, entre as coordenadas -10.916701, -37.138024 (Início) e -10.918329, -37.137693 (Fim).

Art. 160º O logradouro Rua 52, denomina-se Rua Egito, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-484, entre as coordenadas -10.922059, -37.136486 (Início) e -10.918819, -37.137163 (Fim).

Art. 161º O logradouro Rua 53, denomina-se Rua Nigéria, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-500, entre as coordenadas -10.917697, -37.134127 (Início) e -10.922117, -37.133297 (Fim).

Art. 162º O logradouro Rua 54, denomina-se Rua Namíbia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-504, entre as coordenadas -10.917598, -37.133584 (Início) e -10.921893, -37.132762 (Fim).

Art. 163º O logradouro Rua 55, denomina-se Rua Senegal, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-506, entre as coordenadas -10.915214, -37.133075 (Início) e -10.921416, -37.131680 (Fim).

Art. 164º O logradouro Rua 56, denomina-se Rua Tunísia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-510, entre as coordenadas -10.915634, -37.132139 (Início) e -10.921169, -37.131143 (Fim).

Art. 165º O logradouro Rua 58, denomina-se Rua Moçambique, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-524, entre as

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

coordenadas -10.917180, -37.130776 (Início) e -10.919907, -37.130296 (Fim).

Art. 166º O logradouro Rua 6, denomina-se Rua Bulgária, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-382, entre as coordenadas -10.909076, -37.138747 (Início) e -10.908072, -37.138773 (Fim).

Art. 167º O logradouro Rua 60, denomina-se Rua Samoa, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-516, entre as coordenadas -10.918837, -37.132195 (Início) e -10.918754, -37.131643 (Fim).

Art. 168º O logradouro Rua 61, denomina-se Rua Ucrânia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-512, entre as coordenadas -10.917402, -37.132448 (Início) e -10.917306, -37.131884 (Fim).

Art. 169º O logradouro Rua 62, denomina-se Rua Vaticano, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-520, entre as coordenadas -10.918209, -37.131734 (Início) e -10.917998, -37.130435 (Fim).

Art. 170º O logradouro Rua 63, denomina-se Rua Tuvalu, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-522, entre as coordenadas -10.917223, -37.131339 (Início) e -10.917181, -37.130696 (Fim).

Art. 171º O logradouro Rua 64, denomina-se Rua Holanda, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-526, entre as coordenadas -10.919209, -37.130428 (Início) e -10.919117, -37.129852 (Fim).

Art. 172º O logradouro Rua 65, denomina-se Rua Suíça, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-514, entre as coordenadas -10.918383, -37.132860 (Início) e -10.918292, -37.132297 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 173º O logradouro Rua 66, denomina-se Rua Argélia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-492, entre as coordenadas -10.920261, -37.135684 (Início) e -10.919908, -37.133712 (Fim).

Art. 174º O logradouro Rua 68, denomina-se Rua Camarões, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-496, entre as coordenadas -10.921348, -37.135484 (Início) e -10.921006, -37.133505 (Fim).

Art. 175º O logradouro Rua 69, denomina-se Rua Costa do Marfim, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-498, entre as coordenadas -10.922003, -37.135924 (Início) e -10.921560, -37.133401 (Fim).

Art. 176º O logradouro Rua 7, Avenida A, no Loteamento Jacuípe e Rua Manoel Antônio dos Santos, denomina-se Rua Alemanha, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-380, entre as coordenadas -10.909283, -37.136779 (Início) e -10.905449, -37.149393 (Fim).

Art. 177º O logradouro Rua 70 e Avenida Beira Rio, denomina-se Rua Mauritânia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-530, entre as coordenadas -10.922059, -37.136486 (Início) e -10.920877, -37.130492 (Fim).

Art. 178º O logradouro Rua 8, denomina-se Rua Eslovénia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-392, entre as coordenadas -10.909829, -37.135412 (Início) e -10.910720, -37.137841 (Fim).

Art. 179º O logradouro Rua A, denomina-se Rua Guatemala, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-316, entre as coordenadas -10.902821, -37.135397 (Início) e -10.902301, -37.137916 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 180º O logradouro Rua A, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Andorra, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-354, entre as coordenadas -10.909462, -37.142265 (Início) e -10.907368, -37.141157 (Fim).

Art. 181º O logradouro Rua AM, denomina-se Rua Barbados, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-290, entre as coordenadas -10.901007, -37.139628 (Início) e -10.903715, -37.139484 (Fim).

Art. 182º O logradouro Rua B, denomina-se Rua Bermudas, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-314, entre as coordenadas -10.901623, -37.137172 (Início) e -10.902821, -37.138488 (Fim).

Art. 183º O logradouro Rua B, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Trindade e Tobago, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-344, entre as coordenadas -10.909681, -37.141527 (Início) e -10.906682, -37.140388 (Fim).

Art. 184º O logradouro Rua C, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Venezuela, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-362, entre as coordenadas -10.907044, -37.139407 (Início) e -10.909014, -37.140140 (Fim).

Art. 185º O logradouro Rua Cruzeiro do Sul (Denominação Popular), fica oficialmente denominado como Rua Cruzeiro do Sul, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-312, entre as coordenadas -10.902865, -37.139494 (Início) e -10.903479, -37.135517 (Fim).

Art. 186º O logradouro Rua D, denomina-se Rua México, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-324, entre as coordenadas -10.904824, -37.135781 (Início) e -10.904286, -37.138220 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 187º O logradouro Rua E, denomina-se Rua Nicarágua, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-326, entre as coordenadas -10.905483, -37.135917 (Início) e -10.905001, -37.138173 (Fim).

Art. 188º O logradouro Rua F, denomina-se Rua Bolívia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-298, entre as coordenadas -10.901755, -37.139597 (Início) e -10.901840, -37.141877 (Fim).

Art. 189º O logradouro Rua F, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Bielorrússia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-376, entre as coordenadas -10.909060, -37.139406 (Início) e -10.912542, -37.138781 (Fim).

Art. 190º O logradouro Rua Felipe Camargo, denomina-se Rua Albânia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-358, entre as coordenadas -10.906300, -37.147889 (Início) e -10.908326, -37.148836 (Fim).

Art. 191º O logradouro Rua Flor de Girassol e Rua Flor de Flamboyan, denomina-se Rua Percília Xavier Santos, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-398, entre as coordenadas -10.909170, -37.134573 (Início) e -10.910591, -37.134565 (Fim).

Art. 192º O logradouro Rua H, denomina-se Rua Colômbia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-306, entre as coordenadas -10.903078, -37.139497 (Início) e -10.903124, -37.141847 (Fim).

Art. 193º O logradouro Rua I, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Bósnia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-352, entre as coordenadas -10.908476, -37.141773 (Início) e -10.908868, -37.139598 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 194º O logradouro Rua J, denomina-se Rua Estados Unidos, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-332, entre as coordenadas -10.904330, -37.138917 (Início) e -10.904411, -37.140943 (Fim).

Art. 195º O logradouro Rua J, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Áustria, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-372, entre as coordenadas -10.908087, -37.141556 (Início) e -10.908550, -37.139328 (Fim).

Art. 196º O logradouro Rua Jorge Cardoso Lima (Denominação Popular), fica oficialmente denominado como Rua Jorge Cardoso Lima, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-296, entre as coordenadas -10.902728, -37.144390 (Início) e -10.901869, -37.141876 (Fim).

Art. 197º O logradouro Rua L, denomina-se Rua Equador, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-304, entre as coordenadas -10.905375, -37.139525 (Início) e -10.904357, -37.139582 (Fim).

Art. 198º O logradouro Rua L, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Uruguai, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-350, entre as coordenadas -10.907947, -37.140888 (Início) e -10.908304, -37.139872 (Fim).

Art. 199º O logradouro Rua M, denomina-se Rua Guiana, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-300, entre as coordenadas -10.902498, -37.141862 (Início) e -10.903133, -37.143596 (Fim).

Art. 200º O logradouro Rua M, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua Suriname, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-348, entre as coordenadas -10.907029, -37.142108 (Início) e -10.908141, -37.138988 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 201º O logradouro Rua N, Loteamento Jacuípe, denomina-se Rua República Dominicana, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-346, entre as coordenadas -10.906609, -37.141890 (Início) e -10.907704, -37.138873 (Fim).

Art. 202º O logradouro Rua O, denomina-se Rua Atenas, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-294, entre as coordenadas -10.903973, -37.141828 (Início) e -10.901032, -37.141895 (Fim).

Art. 203º O logradouro Rua O, Loteamento Jacuípe e Rua Dernival dos Santos, denomina-se Rua Dernival dos Santos, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-340, entre as coordenadas -10.907967, -37.135510 (Início) e -10.906214, -37.141654 (Fim).

Art. 204º O logradouro Rua P, denomina-se Rua Costa Rica, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-310, entre as coordenadas -10.902248, -37.145191 (Início) e -10.906845, -37.139945 (Fim).

Art. 205º O logradouro Rua R, denomina-se Rua Argentina, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-292, entre as coordenadas -10.902411, -37.144979 (Início) e -10.900763, -37.140591 (Fim).

Art. 206º O logradouro Rua TB, denomina-se Rua Irmão Fêgo, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-336, entre as coordenadas -10.907296, -37.135526 (Início) e -10.906331, -37.139837 (Fim).

Art. 207º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Dominica, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.903115, -37.141848 (Início) e -10.903519, -37.142755 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 208º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Granada, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.901131, -37.138964 (Início) e -10.902727, -37.138827 (Fim).

Art. 209º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Chile, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.903276, -37.144421 (Início) e -10.903841, -37.143437 (Fim).

Art. 210º O logradouro sem denominação, denomina-se Travessa Cuba, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.903030, -37.143799 (Início) e -10.903523, -37.144049 (Fim).

Art. 211º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Honduras, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.903048, -37.146342 (Início) e -10.904038, -37.144354 (Fim).

Art. 212º O logradouro sem denominação, denomina-se Travessa Etiópia, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.916534, -37.131462 (Início) e -10.916550, -37.130836 (Fim).

Art. 213º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Bélgica, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.912057, -37.138573 (Início) e -10.911935, -37.139098 (Fim).

Art. 214º O logradouro sem denominação, denomina-se Avenida Austrália, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.906787, -37.135539 (Início) e -10.907048, -37.131901 (Fim).

Art. 215º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Cosovo, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.912462, -37.138820 (Início) e -10.911232, -37.137926 (Fim).

Art. 216º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Chipre, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.917108, -37.138942 (Início) e -10.916899, -37.137977 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 217º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Flor de Beladona, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.909126, -37.132826 (Início) e -10.909384, -37.131841 (Fim).

Art. 218º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Brasil, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.900977, -37.139640 (Início) e -10.902422, -37.133936 (Fim).

Art. 219º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Bahamas, Bairro Parque dos Faróis, entre as coordenadas -10.911675, -37.138273 (Início) e -10.911363, -37.139372 (Fim).

Art. 220º O logradouro Travessa 56, denomina-se Rua Sérvia, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-508, entre as coordenadas -10.915761, -37.132785 (Início) e -10.915642, -37.132140 (Fim).

Art. 221º O logradouro Travessa A, denomina-se Travessa Haiti, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-318, entre as coordenadas -10.902526, -37.136824 (Início) e -10.903178, -37.136947 (Fim).

Art. 222º O logradouro Travessa A, Conjunto Célia Cabral Duarte, denomina-se Travessa Flor de Jacarandá, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-404, entre as coordenadas -10.908676, -37.134749 (Início) e -10.909111, -37.134778 (Fim).

Art. 223º O logradouro Travessa Y, denomina-se Travessa Peru, Bairro Parque dos Faróis, CEP 49160-338, entre as coordenadas -10.907084, -37.139290 (Início) e -10.906487, -37.139140 (Fim).

Art. 224º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Jandaíra, Bairro Santo Inácio, entre as coordenadas -10.914339, -37.162138 (Início) e -10.912006, -37.158728 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 225º O logradouro Estrada Jardim - lado ímpar, denomina-se Avenida Bom Caminho, Entre os Bairros Guajará e Palestina de Fora, entre as coordenadas -10.902556, -37.153021 (Início) e -10.899105, -37.151631 (Fim).

Art. 226º O trecho desmembrado da Rua das Hortências e Rua C1, Conjunto Jardim I, denomina-se Rua do Caçador, entre os Bairros Jardim e Santa Inês, entre as coordenadas -10.894862, -37.149955 (Início) e -10.893305, -37.149275 (Fim).

Art. 227º O logradouro Rua das Hortências, denomina-se Rua Amaralina, entre os Bairros Jardim e Santa Inês, entre as coordenadas -10.893305, -37.149275 (Início) e -10.888330, -37.148412 (Fim).

Art. 228º O trecho desmembrado da Rua das Hortências, denomina-se Rua Macieira, entre os Bairros Jardim e Santa Inês, entre as coordenadas -10.896546, -37.150639 (Início) e -10.894862, -37.149955 (Fim).

Art. 229º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Lúcio Alves, entre os Bairros Jardim e Santa Inês, entre as coordenadas -10.888330, -37.148412 (Início) e -10.887962, -37.148464 (Fim).

Art. 230º A presente Lei tem por finalidade a denominação e oficialização dos logradouros públicos nela especificados, não constituindo, por si só, instrumento de definição, alteração ou regularização de parcelamento do solo, propriedade ou posse.

Parágrafo Único. As coordenadas geográficas constantes dos anexos desta Lei possuem caráter referencial e estimativo, destinando-se à identificação e localização dos respectivos logradouros, podendo ser ajustadas, atualizadas ou

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.044
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

corrigidas pelos órgãos técnicos competentes do Município, em razão de levantamentos georreferenciados, atualizações cartográficas, adequações cadastrais ou melhorias na base oficial de dados geoespaciais, sem necessidade de edição de nova lei, desde que preservadas a denominação e a localização essencial do logradouro.

Art. 231º A Administração Pública adotará as medidas necessárias à atualização dos registros oficiais, mapas, placas de identificação e sistemas de informação, de forma gradativa e conforme a disponibilidade orçamentária.

Art. 232º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 233º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO, ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS LOCALIZADOS NO DISTRITO INDUSTRIAL DE TAIÇOCA

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.045
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a denominação, alteração de denominação de logradouros públicos localizados no distrito industrial de taiçoca do município de nossa senhora do socorro/se, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 O logradouro Avenida F, denomina-se Avenida Stênio Gonçalves Andrade, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-366, entre as coordenadas -10.847907, -37.086453 (Início) e -10.852415, -37.085637 (Fim).

Art. 2 O logradouro Avenida G, denomina-se Avenida Benildo José dos Santos, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-376, entre as coordenadas -10.846716, -37.080698 (Início) e -10.852266, -37.079506 (Fim).

Art. 3 O logradouro Avenida Industrial Carlos Barreto e Avenida J, denomina-se Avenida Industrial Carlos Barreto, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-368, entre as coordenadas -10.847243, -37.084075 (Início) e -10.852414, -37.083033 (Fim).

Art. 4 O logradouro Avenida Projetada 1, denomina-se Avenida Almiro Soares Cruz, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-410, entre as coordenadas -10.844107, -37.069078 (Início) e -10.839528, -37.070044 (Fim).

Art. 5 O logradouro Avenida Projetada 2, denomina-se Avenida Carlos Alberto Coutinho, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-408, entre as coordenadas -10.844416, -37.070544 (Início) e -10.839855, -37.071530 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.045
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 6 O logradouro Rua 1, denomina-se Rua Zaldo Alves de Lima, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-386, entre as coordenadas -10.841987, -37.085155 (Início) e -10.842531, -37.088072 (Fim).

Art. 7 O logradouro Rua 5, denomina-se Rua Jason Goes da Silva Neto, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-362, entre as coordenadas -10.848425, -37.088943 (Início) e -10.852481, -37.087733 (Fim).

Art. 8 O logradouro Rua 6, denomina-se Rua Maria do Rosário Moreira de Britto, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-364, entre as coordenadas -10.850636, -37.088469 (Início) e -10.849616, -37.083552 (Fim).

Art. 9 O logradouro Rua 7, denomina-se Rua Desembargador Aloísio de Abreu Lima, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-372, entre as coordenadas -10.847046, -37.082269 (Início) e -10.852294, -37.081140 (Fim).

Art. 10º O logradouro Rua 8, denomina-se Rua Major Manoel Lourenço Nascimento dos Santos, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-374, entre as coordenadas -10.850702, -37.083133 (Início) e -10.849353, -37.077556 (Fim).

Art. 11º O logradouro Rua 9, denomina-se Rua Orlando Souza Pinto, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-390, entre as coordenadas -10.846196, -37.078213 (Início) e -10.847407, -37.077940 (Fim).

Art. 12º O logradouro Rua 10, denomina-se Rua Maria Stella Bovino, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-394, entre as coordenadas -10.848037, -37.076160 (Início) e -10.847231, -37.072069 (Fim).

Art. 13º O logradouro Rua 11, denomina-se Rua Luís Eduardo Magalhães, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-396, entre

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.045
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

as coordenadas -10.845322, -37.074048 (Início) e -10.848644, -37.073546 (Fim).

Art. 14º O logradouro Rua 12, denomina-se Rua Sargento Waldemar dos Santos Filho, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-398, entre as coordenadas -10.847231, -37.072069 (Início) e -10.844973, -37.072384 (Fim).

Art. 15º O logradouro Rua Projetada, denomina-se Rua Clotilde Florêncio Silva Colman, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-384, entre as coordenadas -10.843807, -37.084773 (Início) e -10.844550, -37.088596 (Fim).

Art. 16º O logradouro Rua Projetada 03, denomina-se Rua Carlos Alberto Monteiro Vieira, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-406, entre as coordenadas -10.842026, -37.074144 (Início) e -10.840719, -37.067634 (Fim).

Art. 17º O logradouro Rua Projetada A, denomina-se Rua Elionaldo Santos Rodrigues, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-404, entre as coordenadas -10.843592, -37.074092 (Início) e -10.842219, -37.067626 (Fim).

Art. 18º O logradouro Rua Projetada B, denomina-se Rua Gilson de Souza Dória, Distrito Industrial da Taiçoca, CEP 49152-412, entre as coordenadas -10.840265, -37.073471 (Início) e -10.839528, -37.070044 (Fim).

Art. 19º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Eliane Santos Ferreira, Distrito Industrial da Taiçoca, entre as coordenadas -10.849353, -37.077556 (Início) e -10.852220, -37.076846 (Fim).

Art. 20º O logradouro sem denominação, denomina-se Rua Psicopedagoga Helena Lima Silva, Distrito Industrial da Taiçoca, entre as coordenadas -10.852438, -37.086357 (Início) e -10.851756, -37.086578 (Fim).

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.045
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 21º A presente Lei tem por finalidade a denominação e oficialização dos logradouros públicos nela especificados, não constituindo, por si só, instrumento de definição, alteração ou regularização de parcelamento do solo, propriedade ou posse.

Parágrafo Único. As coordenadas geográficas constantes dos anexos desta Lei possuem caráter referencial e estimativo, destinando-se à identificação e localização dos respectivos logradouros, podendo ser ajustadas, atualizadas ou corrigidas pelos órgãos técnicos competentes do Município, em razão de levantamentos georreferenciados, atualizações cartográficas, adequações cadastrais ou melhorias na base oficial de dados geoespaciais, sem necessidade de edição de nova lei, desde que preservadas a denominação e a localização essencial do logradouro.

Art. 22º A Administração Pública adotará as medidas necessárias à atualização dos registros oficiais, mapas, placas de identificação e sistemas de informação, de forma gradativa e conforme a disponibilidade orçamentária.

Art. 23º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA RUA 2 PARA RUA PROFESSORA MARIA DE LOURDES NO BAIRRO FERNANDO COLLOR

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.046
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a denominação da rua 2 para rua professora maria de lourdes no bairro fernando collor, no município de nossa senhora do socorro/se, estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O logradouro Rua 2, denomina-se Rua Professora Maria de Lourdes, Bairro Fernando Collor, CEP 49155-058, entre as coordenadas -10.856768, -37.094311 (Início) e -10.855875, -37.091942 (Fim).

Art. 2º Esta Lei tem por finalidade exclusiva denominar e oficializar os logradouros nela especificados, não constituindo instrumento de parcelamento ou regularização de propriedade ou posse, sendo suas coordenadas referenciais e estimativas, passíveis de ajuste pelos órgãos técnicos municipais, sem necessidade de nova lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

DISPÕE SOBRE A PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO PARA PRAÇA JOSÉ ROSALVO LOPES DA SILVA NO BAIRRO JARDIM

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.047
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a praça sem denominação para praça josé rosalvo lopes da silva no bairro jardim, no município de nossa senhora do socorro/se, estabelece outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O logradouro Praça sem denominação, denomina-se Praça José Rosalvo Lopes da Silva, Bairro Jardim, entre coordenadas -10.891755, -37.143388 (Fim).

Art. 2º Esta Lei tem por finalidade exclusiva denominar e oficializar os logradouros nela especificados, não constituindo instrumento de parcelamento ou regularização de propriedade ou posse, sendo suas coordenadas referenciais e estimativas, passíveis de ajuste pelos órgãos técnicos municipais, sem necessidade de nova lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização de Nossa Senhora do Socorro – "Pacto Socorrense pela Alfabetização e Aprendizagem" (PSAA), estabelece diretrizes, objetivos e estratégias para a garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Nossa Senhora do Socorro, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a Lei (Federal) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e com a Lei (Federal) nº 15.388, de 14 de abril de 2026 (Plano Nacional de Educação), a Política Municipal de Alfabetização – Pacto Socorrense pela Alfabetização e Aprendizagem (PSAA), como política pública permanente destinada a assegurar condições para que todas as crianças desenvolvam, em tempo oportuno, conhecimentos e habilidades essenciais de leitura, escrita, oralidade, compreensão leitora e aprendizagem matemática, respeitadas suas singularidades, necessidades e trajetórias de aprendizagem.

Parágrafo único. A identidade institucional da Política é expressa pela denominação "Pacto Socorrense pela Alfabetização e

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Aprendizagem (PSAA)", podendo a Secretaria Municipal da Educação estabelecer identidade visual, lema e estratégias necessárias à implementação e à divulgação da Política, observadas as disposições desta Lei e as normas correlatas.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização abrange as etapas da Educação Básica ofertadas pela Rede Municipal de Ensino, com prioridade pedagógica para:

I – a Educação Infantil, considerando as especificidades da etapa;

II – a alfabetização no 1º e no 2º anos do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e em Matemática;

III – a recomposição e a consolidação das aprendizagens essenciais do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. A Política deve contemplar também os estudantes em situação de vulnerabilidade social ou educacional, os estudantes com histórico de infrequência, abandono ou distorção idade-ano, os estudantes pertencentes a grupos sociais, étnico-raciais, territoriais ou culturais que apresentem desigualdades de aprendizagem e os jovens, adultos e idosos atendidos pela Educação de Jovens e Adultos.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I – ampliar o percentual de crianças alfabetizadas, em Língua Portuguesa e em Matemática, no Município;

II – promover aprendizagens adequadas em Matemática;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

III – reduzir as desigualdades entre grupos sociais e territórios;

IV – fortalecer a formação continuada dos profissionais alfabetizadores;

V – aprimorar as condições de oferta e de acompanhamento pedagógico;

VI – desenvolver mecanismos de gestão e governança da Política;

VII – implementar sistemas e planos de ação para que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental;

VIII – promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;

IX – consolidar uma cultura de acompanhamento, monitoramento e uso pedagógico dos dados;

X – fortalecer a capacidade institucional da Secretaria Municipal da Educação e das unidades escolares para planejar, executar, acompanhar e avaliar ações de alfabetização e aprendizagem;

XI – articular a política municipal às ações do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), instituído pelo Decreto (Federal) nº 11.556, de 12 de junho de 2023, e à política

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

estadual de alfabetização.

CAPÍTULO III
DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO

Art. 4º Fica criado o Comitê Estratégico Municipal do Pacto Socorrense pela Alfabetização e Aprendizagem (PSAA), de caráter permanente e consultivo, como instância de articulação, acompanhamento, participação social e proposição de medidas destinadas ao desenvolvimento da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. A composição, as competências e o funcionamento do Comitê são definidos em regulamento próprio.

CAPÍTULO IV
DO SISTEMA INTEGRADO DE RESULTADOS, INDICADORES E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SIRIDEB)

Art. 5º Fica instituído, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Nossa Senhora do Socorro, o Sistema Integrado de Resultados, Indicadores e Desenvolvimento da Educação Básica (SIRIDEB), como instrumento permanente da Política Municipal de Alfabetização e das ações de acompanhamento da aprendizagem.

Art. 6º O SIRIDEB compreende processos e instrumentos destinados à produção de evidências sobre a aprendizagem dos estudantes, podendo contemplar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, avaliações externas municipais, simulados e instrumentos específicos de acompanhamento da alfabetização e das habilidades prioritárias.

Parágrafo único. Os objetivos, as competências, o processo de monitoramento, os instrumentos, a divulgação e o uso dos dados do SIRIDEB são definidos em regulamento próprio.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO V
DA EQUIDADE, DA INCLUSÃO E DA GARANTIA DE APRENDIZAGEM

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização assegura estratégias diferenciadas para estudantes que apresentem necessidades específicas, barreiras à aprendizagem, defasagens ou condições de vulnerabilidade.

Art. 8º A implementação da Política considera as dimensões sociais, econômicas, territoriais, étnico-raciais, de gênero, de deficiência e outras que possam produzir desigualdades de acesso, participação e aprendizagem, observada a legislação vigente, em especial a Lei (Federal) nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

CAPÍTULO VI
DO REGIME DE COLABORAÇÃO E DAS PARCERIAS

Art. 9º O Município articula a Política Municipal de Alfabetização às ações da União e do Estado de Sergipe, em regime de colaboração, nos termos do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, observadas a autonomia municipal e as competências de cada ente federativo.

Art. 10. Compete ao Articulador Municipal da Rede Nacional de Articulação de Gestão, Formação e Mobilização (Renalfa) do CNCA, indicado pela Secretaria Municipal da Educação nos termos do art. 23 do Decreto (Federal) nº 11.556, de 12 de junho de 2023, articular as ações municipais relacionadas à política de alfabetização, participar das agendas de formação e mobilização, apoiar a elaboração e o acompanhamento do Plano de Trabalho Anual de que trata o art. 13 desta Lei e promover a integração entre ações municipais, estaduais e nacionais.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Educação

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

adota, observada a legislação aplicável, medidas destinadas a favorecer a continuidade e a estabilidade institucional das ações vinculadas à Renalfa.

Art. 11. A Rede Municipal pode integrar suas ações ao Programa Alfabetizar Pra Valer, instituído pelo Estado de Sergipe, bem como a outras iniciativas públicas de formação, avaliação, apoio pedagógico e cooperação técnica compatíveis com as prioridades municipais.

§ 1º A integração deve considerar os instrumentos de planejamento da Rede, evitando duplicidade e favorecendo complementaridade de recursos, materiais, formação e acompanhamento.

§ 2º A celebração de convênios, termos de cooperação, acordos ou instrumentos congêneres observa a legislação aplicável, em especial a Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 12. A Secretaria Municipal da Educação pode estabelecer cooperação com universidades, instituições públicas, organizações da sociedade civil e demais parceiros, desde que compatíveis com os objetivos da Política e respeitada a legislação vigente, em especial, quanto às organizações da sociedade civil, a Lei (Federal) nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

CAPÍTULO VII
DO PLANEJAMENTO, DAS METAS E DOS INDICADORES

Art. 13. A Secretaria Municipal da Educação elabora, anualmente, o Plano de Trabalho Anual (PTA) da Política Municipal de Alfabetização, integrado aos instrumentos de planejamento educacional do Município e alinhado às políticas nacional e estadual de alfabetização.

§ 1º O PTA deve estabelecer prioridades, metas,

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

indicadores, ações, responsáveis, recursos, cronograma de execução, mecanismos de acompanhamento e critérios de avaliação.

§ 2º O PTA é elaborado pela Secretaria Municipal da Educação, em articulação com as unidades escolares e demais instâncias responsáveis pela implementação da Política.

§ 3º As metas anuais devem ser estabelecidas com base em diagnóstico da Rede, resultados oficiais, evidências de aprendizagem e capacidade de execução.

Art. 14. As unidades escolares devem incorporar as prioridades e as metas da Política aos seus instrumentos de planejamento, assegurando coerência entre diagnóstico, objetivos, práticas pedagógicas, acompanhamento e intervenção.

Art. 15. A Secretaria Municipal da Educação pode revisar metas e estratégias durante a execução do PTA, quando novas evidências demonstrarem necessidade, preservados os objetivos permanentes da Política.

CAPÍTULO VIII
DA COMUNICAÇÃO E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Art. 16. A Secretaria Municipal da Educação elabora e executa o Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização, alinhado às diretrizes do CNCA, às políticas estadual e nacional e aos instrumentos de planejamento do Município.

Art. 17. O Plano de Comunicação deve contemplar, no mínimo:

I – divulgação dos objetivos, ações e resultados agregados;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

II – orientação aos profissionais, estudantes e famílias;

III – valorização de práticas exitosas;

IV – participação das famílias e da comunidade;

V – transparência e mobilização social.

Parágrafo único. A comunicação da Política tem caráter educativo, informativo ou de orientação social, vedada a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 18. A Secretaria Municipal da Educação pode instituir painel municipal de indicadores da alfabetização, com divulgação de informações agregadas e acessíveis sobre aprendizagem, participação, equidade e execução da Política.

Parágrafo único. A divulgação de informações educacionais observa a Lei (Federal) nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), e a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e preserva a identidade individual dos estudantes, nos termos da Lei (Federal) nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

CAPÍTULO IX
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSAS DE APOIO À ALFABETIZAÇÃO

Art. 19. Fica criado o Programa Municipal de Bolsas de Apoio à Alfabetização, destinado a ampliar a capacidade institucional da Rede Municipal de Ensino para elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das ações do Pacto Socorrense pela Alfabetização e Aprendizagem (PSAA), inclusive em articulação com ações desenvolvidas em regime de colaboração.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 20. O Programa Municipal pode complementar ações de bolsas ofertadas pelo Estado, desde que haja compatibilidade de objetivos e observância das normas aplicáveis.

Art. 21. O Programa pode conceder bolsas a profissionais ou colaboradores selecionados para atividades vinculadas à formação, ao acompanhamento pedagógico, à avaliação, à recomposição, à mobilização, à produção de materiais, ao apoio técnico e às demais ações estratégicas da Política.

§ 1º O quantitativo de bolsas, os critérios de seleção, a duração, as atribuições, as condições de pagamento, o acompanhamento, a avaliação e os deveres dos bolsistas são estabelecidos em regulamento próprio, observada a legislação vigente, sendo os valores das bolsas fixados em decreto.

§ 2º A seleção deve observar critérios objetivos, publicidade, transparência e impessoalidade, nos termos do caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 3º A concessão das bolsas depende de disponibilidade orçamentária e financeira e de prévia previsão nos instrumentos de planejamento e na lei orçamentária, nos termos do art. 167, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e da Lei Complementar (Federal) nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 4º A concessão de bolsa não pode caracterizar criação de cargo, emprego ou função pública, nem substituição de servidor ou exercício de atribuições próprias de cargo público, sendo vedada a utilização do Programa para dispensar a exigência de concurso público prevista no inciso II do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 22. O regulamento estabelece as hipóteses de

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

desligamento e os mecanismos de acompanhamento, avaliação e prestação de contas das atividades realizadas pelos bolsistas.

CAPÍTULO X
DO FINANCIAMENTO

Art. 23. As ações da PSAA são financiadas por dotações orçamentárias próprias, recursos vinculados à educação, transferências e assistência técnica e financeira dos demais entes federativos, convênios, parcerias e outras fontes legalmente admitidas, observadas as vinculações constitucionais e legais, em especial os arts. 212 e 212-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei (Federal) nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e os arts. 70 e 71 da Lei (Federal) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 24. A execução das ações observa o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e as demais normas aplicáveis à gestão fiscal e orçamentária, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 25. A criação de programas, bolsas, incentivos ou vantagens que impliquem despesa obrigatória de caráter continuado depende de lei específica, quando exigida, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, de declaração de adequação orçamentária e financeira e de disponibilidade de recursos, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 26. A Secretaria Municipal da Educação deve buscar, no planejamento orçamentário, a garantia de recursos necessários à formação continuada, à avaliação, ao acompanhamento pedagógico, aos materiais, aos recursos, à infraestrutura e às ações de intervenção e recomposição previstas na Política de Alfabetização.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.048
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. A Secretaria Municipal da Educação pode expedir normas complementares necessárias à implementação da Política Municipal de Alfabetização, nos limites desta Lei e de seu regulamento.

Art. 28. As ações previstas nesta Lei devem guardar articulação com o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação, o planejamento estratégico da Secretaria Municipal da Educação, os Projetos Político Pedagógicos das unidades escolares e os demais instrumentos oficiais da Rede.

Art. 29. A regulamentação necessária à composição e ao funcionamento do Comitê Estratégico Municipal deve ser publicada no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei.

Art. 30. Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Adriana Gomes Menezes Carvalho
Secretária Municipal da Educação

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

INSTITUI O PSDE – PROGRAMA SOCORRENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o PSDE – Programa Socorrense de Desenvolvimento Econômico; cria o Conselho Socorrense de Desenvolvimento Econômico – CSDE; amplia as finalidades do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMDE; e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o PSDE – Programa Socorrense de Desenvolvimento Econômico, destinado a promover a implantação de novos empreendimentos industriais, comerciais, logísticos, de distribuição, de serviços, turísticos, tecnológicos e de apoio ao desenvolvimento econômico local.

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover desapropriação de terrenos, nos termos do Decreto-Lei (Federal) nº 3.365, de 21 de junho de 1941, adquirir novos imóveis e/ou utilizar-se dos já pertencentes ao patrimônio municipal.

§ 2º Para a implantação do PSDE, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I – adquirir áreas para fins de implantação de indústrias e de empreendimentos empresariais com fins industriais, comerciais, de serviços e de logística;

II – receber, de pessoas físicas ou jurídicas, áreas que se prestem à finalidade descrita no inciso I deste parágrafo, mediante

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

compensação com débitos tributários, nos termos do inciso XI do art. 156 da Lei (Federal) nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e da legislação tributária municipal;

III – ceder o uso, conceder permissão de uso ou alienar de forma onerosa e subsidiada áreas ou terrenos pertencentes ao Município, adquiridos com a finalidade descrita no inciso I deste parágrafo;

IV – conceder o uso da superfície de áreas ou terrenos pertencentes ao Município, adquiridos com a finalidade descrita no inciso I deste parágrafo;

V – compromissar a venda de áreas ou terrenos desapropriados com a finalidade descrita no inciso I deste parágrafo, quando já houver imissão na posse em favor do Município;

VI – facilitar a transferência das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, atualmente implantadas, para as áreas especialmente instituídas para esse fim, com vistas a eliminar, gradativamente, casos de poluição ambiental em áreas residenciais;

VII – gerenciar ou apoiar a formação de condomínios empresariais ou comunitários que tenham como finalidade a urbanização de áreas ou distritos industriais, comerciais e de prestação de serviços;

VIII – executar os serviços de terraplenagem necessários à implantação ou ampliação do empreendimento beneficiado, bem como a limpeza do terreno e das vias de acesso;

IX – definir, restringir ou expandir as áreas dos empreendimentos e das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, para fins de outorga dos incentivos e demais benefícios previstos nesta Lei.

Art. 2º O Programa tem por objetivos:

I – atrair novos empreendimentos para o território municipal;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

II – ampliar a base produtiva e a competitividade do Município;

III – gerar emprego, renda e arrecadação;

IV – fomentar a implantação de galpões industriais, centros logísticos, centros de distribuição, condomínios empresariais, núcleos de serviços e estruturas correlatas voltados à instalação de novas atividades econômicas;

V – viabilizar empreendimentos estruturadores privados destinados à futura ocupação por novas empresas;

VI – promover o uso economicamente eficiente de áreas públicas vocacionadas ao desenvolvimento;

VII – assegurar segurança jurídica, previsibilidade, transparência e controle.

Art. 3º São princípios do Programa:

I – interesse público motivado;

II – função econômica e social da propriedade pública;

III – desenvolvimento sustentável;

IV – segurança jurídica;

V – impessoalidade e seleção objetiva;

VI – eficiência administrativa;

VII – vedação ao desvio de finalidade;

VIII – fiscalização permanente e reversibilidade dos instrumentos em caso de inadimplemento.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – beneficiário direto: a pessoa jurídica que exerce diretamente a atividade econômica final no imóvel ou estrutura vinculada ao Programa;

II – investidor estruturador privado: a pessoa jurídica que implanta, amplia, administra ou explora infraestrutura econômica destinada à instalação, suporte ou atração de beneficiários diretos;

III – empreendimento estruturador: o projeto de implantação de galpões, centros logísticos, centros de distribuição, condomínios empresariais, *built to suit* (locação sob medida), estruturas modulares de apoio produtivo e outras instalações correlatas;

IV – concessão de direito real de uso – CDRU: o direito real resolúvel constituído sobre imóvel público, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei (Federal) nº 271, de 28 de fevereiro de 1967;

V – compra e venda subsidiada: a alienação onerosa de imóvel público com redução motivada do valor de avaliação, como instrumento de incentivo econômico, nos limites desta Lei.

CAPÍTULO III
DOS IMÓVEIS E DA DESTINAÇÃO ECONÔMICA

Art. 5º Os imóveis públicos municipais vinculados ao Programa podem ser destinados, observados o interesse público, a legislação aplicável e os requisitos desta Lei, por meio de:

I – concessão de direito real de uso;

II – compra e venda;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

III – compra e venda subsidiada;

IV – permuta;

V – permuta com obrigação de execução de obra pública ou de infraestrutura de interesse do Município, total ou parcialmente imputável ao valor do bem;

VI – *built to suit* (locação sob medida);

VII – dação em pagamento total ou parcialmente imputável ao valor do bem;

VIII – comodato;

IX – doação, exclusivamente nas hipóteses admitidas na alínea "b" do inciso I do art. 76 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

X – outros instrumentos juridicamente cabíveis previstos em lei.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os imóveis públicos municipais vinculados ao Programa, nas modalidades previstas nos incisos II a V, VII e IX do *caput*, ressalvado o disposto no inciso V do art. 28 e observado o disposto no art. 76 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A locação de imóvel público na modalidade *built to suit*, de que trata o inciso VI do *caput*, rege-se pelos arts. 565 a 578 do Código Civil e pela legislação aplicável aos bens públicos, nos termos do item 1 da alínea "a" do parágrafo único do art. 1º da Lei (Federal) nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 6º Os imóveis destinados ao Programa são utilizados exclusivamente para:

I – implantação e desenvolvimento de atividades industriais, comerciais, logísticas, de distribuição, tecnológicas, turísticas e de serviços;

II – implantação de empreendimentos estruturadores privados;

III – serviços públicos ou atividades de relevante interesse público relacionados ao desenvolvimento econômico, quando expressamente justificados.

Art. 7º A destinação dos imóveis observa:

I – o zoneamento urbanístico;

II – a vocação econômica da área;

III – os estudos técnicos, urbanísticos, ambientais, jurídicos e de viabilidade;

IV – a compatibilidade com a política municipal de desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO IV
DO PLEITO, DA INSTRUÇÃO E DA SELEÇÃO TÉCNICA PELA SEMDETUR

Art. 8º A pessoa jurídica interessada em obter os benefícios, instrumentos e tratamentos previstos nesta Lei deve formalizar pleito perante a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Turismo – SEMDETUR, mediante requerimento específico, instruído com a documentação exigida nesta Lei, em seu regulamento e no respectivo edital ou ato de chamamento, quando houver.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 9º O pleito de enquadramento no Programa deve ser instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

I – requerimento formal dirigido à SEMDETUR, com indicação expressa do instrumento ou benefício pretendido;

II – Projeto Técnico, Econômico e Financeiro do empreendimento, assinado pelo responsável técnico devidamente inscrito no conselho de classe respectivo e pelo representante legal da empresa;

III – Projeto Arquitetônico do empreendimento, quando cabível, assinado pelo responsável técnico devidamente inscrito no conselho de classe respectivo e pelo representante legal da empresa;

IV – ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, com prova de representação legal;

V – prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, na forma da legislação aplicável;

VI – prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a seguridade social, quando exigível;

VII – certidão ou declaração de regularidade cadastral e de inexistência de impedimento jurídico à contratação com o Poder Público, quando cabível;

VIII – licença ambiental pertinente ou, quando admitido pela legislação aplicável, comprovante de protocolo do pedido de licenciamento;

IX – plano de implantação contendo cronograma físico-financeiro, estimativa de investimento, projeção de empregos diretos e indiretos e prazo estimado para início de operação;

X – memorial descritivo do empreendimento, com especificação da atividade econômica a ser desenvolvida;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

XI – protocolo de cadastro junto à Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego;

XII – documentos relativos à capacidade econômico-financeira da interessada;

XIII – outros documentos que, em razão da natureza do empreendimento, sejam exigidos pela SEMDETUR para a adequada instrução do pleito.

§ 1º No caso de investidor estruturador privado, o Projeto Técnico, Econômico e Financeiro deve conter, adicionalmente:

I – descrição da tipologia da infraestrutura a ser implantada;

II – estimativa de capacidade de ocupação;

III – modelo operacional pretendido;

IV – metas mínimas de implantação e ocupação;

V – demonstração do potencial de atração de novos empreendimentos para o Município.

§ 2º O regulamento pode estabelecer modelos padronizados de formulários, *checklists* e roteiros técnicos para instrução dos pedidos.

§ 3º Para empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental de competência municipal ou estadual cujo potencial poluidor seja considerado significativo, a concessão definitiva dos incentivos previstos nesta Lei e dos benefícios fiscais do Programa fica condicionada à obtenção da licença ambiental de instalação (LI) ou de operação (LO), conforme o caso, sob pena de suspensão do incentivo.

Art. 10. Somente são admitidos no Programa projetos voltados à implantação de novos empreendimentos, assim compreendidos

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

aqueles cuja unidade produtiva, operacional ou logística ainda não esteja em funcionamento no Município de Nossa Senhora do Socorro na data do protocolo do pleito.

Parágrafo único. Não se enquadram, em regra, no disposto no *caput*:

I – projetos de mera continuidade de atividade já existente no Município;

II – pedidos de simples regularização de ocupação ou uso preexistente;

III – empreendimentos econômicos que, a qualquer tempo, tenham sido beneficiados com incentivos fiscais e/ou estímulos econômicos do Município de Nossa Senhora do Socorro/SE e não tenham atendido aos propósitos que justificaram a sua concessão.

Art. 11. Recebido o pleito, a SEMDETUR procede à análise preliminar de admissibilidade, verificando:

I – a apresentação da documentação mínima exigida;

II – a compatibilidade formal do projeto com os objetivos desta Lei;

III – a natureza de empreendimento novo;

IV – a adequação inicial da proposta à vocação econômica da área, quando houver vinculação imobiliária.

§ 1º Verificada insuficiência documental ou necessidade de esclarecimentos, a SEMDETUR pode determinar diligência complementar, fixando prazo para saneamento, conforme regulamento.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 2º O não atendimento da diligência no prazo fixado pode ensejar o indeferimento liminar do pleito, sem prejuízo de novo requerimento, quando cabível.

Art. 12. Superada a fase de admissibilidade, a SEMDETUR realiza a instrução técnica do pleito, competindo-lhe, com exclusividade:

I – analisar o Projeto Técnico, Econômico e Financeiro;

II – verificar a consistência do plano de implantação;

III – examinar a aderência do empreendimento aos objetivos da política municipal de desenvolvimento econômico;

IV – aplicar os critérios objetivos de pontuação e classificação previstos nesta Lei e em seu regulamento;

V – promover diligências, solicitar documentos e requisitar informações adicionais;

VI – classificar tecnicamente o projeto;

VII – emitir parecer técnico conclusivo.

Art. 13. Sempre que a natureza do projeto assim exigir, a SEMDETUR pode solicitar manifestação técnica de outros órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente quanto a aspectos:

I – urbanísticos;

II – ambientais;

III – patrimoniais;

IV – fazendários;

V – jurídicos;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

VI – de infraestrutura;

VII – de planejamento territorial.

Parágrafo único. As manifestações de que trata o *caput* têm caráter complementar à instrução do processo, não afastando a competência exclusiva da SEMDETUR para análise, pontuação e classificação técnica do pleito.

Art. 14. A classificação dos projetos é formalizada em parecer técnico conclusivo da SEMDETUR, que deve conter, no mínimo:

I – identificação do requerente e do empreendimento;

II – síntese do objeto do pleito;

III – análise da regularidade documental;

IV – exame da compatibilidade do projeto com os objetivos desta Lei;

V – pontuação obtida, quando aplicável;

VI – classificação técnica do projeto;

VII – conclusão fundamentada quanto à viabilidade do enquadramento.

Art. 15. A decisão administrativa observa a instrução e a classificação técnica elaboradas pela SEMDETUR, sem prejuízo da prática dos atos subsequentes pela autoridade competente e da formalização do instrumento jurídico cabível.

Art. 16. O regulamento pode detalhar:

I – os modelos de requerimento;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

II – os documentos obrigatórios para cada tipo de pleito;

III – os critérios de admissibilidade, pontuação e classificação;

IV – os prazos procedimentais;

V – os roteiros de diligência, acompanhamento e fiscalização.

CAPÍTULO V
DAS CONDIÇÕES PARA FRUIÇÃO DOS INCENTIVOS

Art. 17. Para fazer jus aos incentivos previstos nesta Lei, os interessados devem:

I – iniciar as obras de implantação ou ampliação da unidade industrial ou de serviços, e os serviços correlatos, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data de aprovação dos incentivos, mediante resolução do CSDE;

II – concluir e/ou ampliar o funcionamento de suas atividades econômicas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de aprovação dos respectivos projetos de construção ou ampliação, salvo os casos em que, comprovadamente, seja constatada a impossibilidade do início de suas atividades em virtude da complexidade das obras de construção civil ou da dificuldade encontrada na obtenção de autorização dos órgãos governamentais para o seu funcionamento, ficando, então, permitida a prorrogação pelo prazo necessário, mediante despacho fundamentado e justificado;

III – admitir trabalhadores residentes em Nossa Senhora do Socorro/SE, em percentual estabelecido no ato de enquadramento, com acompanhamento e monitoramento da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego;

IV – faturar no Município toda a produção da unidade incentivada;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

V – não destinar ou utilizar o imóvel recebido para outros fins que não os constantes do ato da concessão de autorização de funcionamento da empresa, salvo em casos específicos, devidamente justificados e autorizados pelo CSDE;

VI – afixar, em até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de enquadramento, placa indicativa, conforme modelo determinado pelo Município;

VII – não alienar o imóvel recebido, nem parte dele, estendendo-se esta obrigação pelo período de 20 (vinte) anos, contados a partir da conclusão dos incentivos previstos nesta Lei, salvo mediante autorização legislativa específica, com o devido ressarcimento aos cofres públicos municipais, de uma única vez, dos incentivos recebidos, atualizados monetariamente, na forma do art. 69, tendo como base o valor de mercado do imóvel à época da alienação;

VIII – licenciar toda a sua frota de veículos vinculada à unidade incentivada, obrigatoriamente, no Município de Nossa Senhora do Socorro/SE;

IX – fornecer ao Poder Executivo Municipal, por meio da SEMDETUR, quando solicitada, toda a documentação necessária à apuração do cumprimento das exigências desta Lei;

X – facilitar o acesso à empresa de funcionários devidamente credenciados pela Prefeitura, a fim de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas.

Parágrafo único. A verificação da execução das obras e serviços destinados à implementação da unidade incentivada deve ocorrer, pela SEMDETUR, no mínimo trimestralmente, a fim de averiguar o cumprimento do cronograma apresentado, podendo ser relevados eventuais atrasos decorrentes de caso fortuito ou força maior.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO SOCORRENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – CSDE

Art. 18. Fica instituído o Conselho Socorrense de Desenvolvimento Econômico – CSDE, vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Turismo – SEMDETUR, com a finalidade de apreciar a concessão dos benefícios previstos nesta Lei, bem como de acompanhar as obrigações assumidas pelos beneficiários.

Parágrafo único. O CSDE é instância colegiada composta por representantes do Poder Executivo, do setor empresarial e da sociedade civil organizada, de caráter consultivo e deliberativo, tendo por função precípua promover o diálogo entre os atores sociais relevantes da sociedade local, visando à concertação para a promoção ampla do desenvolvimento econômico no Município de Nossa Senhora do Socorro.

Art. 19. Compete ao CSDE:

I – deliberar sobre políticas e programas de desenvolvimento socioeconômico;

II – deliberar sobre os incentivos e estímulos econômicos previstos nesta Lei, bem como sobre as vendas, concessões, comodatos, permutas e doações, nas hipóteses admitidas em lei;

III – estabelecer, nos limites desta Lei e do seu regulamento, a forma e as condições de concessão ou de revogação dos incentivos e dos benefícios fiscais previstos nesta Lei;

IV – propor metas de desenvolvimento com base nos indicadores econômicos, de infraestrutura, sociais, ambientais e de desigualdade local, sugerindo iniciativas que mobilizem conjuntamente o Poder Público e a sociedade civil;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

V – decidir sobre a aplicação de penalidades ou sanções aos beneficiários e aos adquirentes de imóveis que deixarem de cumprir as obrigações constantes desta Lei, nos termos do seu Regimento Interno;

VI – decidir sobre as dúvidas surgidas nos processos de comodato, permuta, venda, doação, concessão de uso da superfície, promessa de venda e habilitação de que trata esta Lei;

VII – elaborar o seu Regimento Interno, a ser submetido à homologação, por decreto, do Chefe do Poder Executivo;

VIII – deliberar, caso a caso, sobre o percentual de redução da Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares, aplicável exclusivamente às modalidades de desmembramento e remembramento previstas no Código Tributário Municipal, observado o limite máximo estabelecido no art. 53.

Art. 20. O CSDE é constituído por conselheiros titulares, indicados e nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, com a seguinte composição:

I – Secretário(a) Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Turismo;

II – Secretário(a) Municipal de Planejamento, Orçamento e Transformação Digital;

III – Secretário(a) Municipal de Infraestrutura e Urbanismo;

IV – Secretário(a) Especial do Banco Municipal Socorrense;

V – Secretário(a) Municipal de Governo;

VI – Secretário(a) Municipal da Fazenda;

VII – Secretário(a) Municipal da Mobilidade Urbana;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

VIII – Secretário(a) Municipal do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

IX – Secretário(a) Municipal do Trabalho e Emprego;

X – 1 (um) representante da Federação das Indústrias;

XI – 1 (um) representante da Federação do Comércio;

XII – 1 (um) representante de associação representativa das indústrias;

XIII – 1 (um) representante de associação representativa do comércio;

XIV – 1 (um) representante de associação representativa de prestadores de serviços;

XV – 1 (um) representante de associação ligada ao turismo;

XVI – 1 (um) representante de associação representativa da construção civil;

XVII – 1 (um) representante da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – Codise.

§ 1º O CSDE tem um Presidente e um Vice-Presidente, que são, respectivamente, o Secretário(a) Municipal da Fazenda e o Secretário(a) Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Turismo.

§ 2º A participação como membro do CSDE não é remunerada, sendo considerada, para todos os efeitos, serviço público relevante.

§ 3º O CSDE delibera por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 4º O detalhamento das competências e das normas de funcionamento do CSDE, com base na respectiva finalidade, consta de Regimento Interno aprovado pelo próprio Conselho e submetido à homologação do Prefeito Municipal.

§ 5º A cada membro titular corresponde um suplente, que o substitui nas ausências e nos impedimentos justificados.

§ 6º Manifestada a necessidade, o conselheiro pode estar acompanhado de assessor técnico, sem direito a voto, nas reuniões do CSDE.

§ 7º Podem ser convidados a participar das reuniões do CSDE, sem direito a voto, a juízo do Presidente do Conselho, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos, sempre que da pauta constarem temas de sua área de atuação.

§ 8º As atividades de apoio técnico e administrativo necessárias à implantação e ao funcionamento do CSDE são prestadas pela SEMDETUR.

§ 9º A nomeação e a posse dos conselheiros do CSDE ocorrem por ato do Prefeito Municipal, devendo a primeira composição ser nomeada em até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.

§ 10. É vedado ao membro do CSDE, sob pena de nulidade da deliberação e de responsabilização, participar da análise, da discussão ou da votação de pleito no qual tenha interesse conflitante, direto ou indireto, com a pessoa jurídica beneficiária, devendo declarar seu impedimento e retirar-se da reunião.

Art. 21. O CSDE reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou por requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 1º Nas deliberações do CSDE, cada membro tem direito a 1 (um) voto, cabendo ao Presidente, além do seu voto, o voto de qualidade em caso de empate.

§ 2º As reuniões ordinárias do CSDE, ressalvadas as situações de excepcionalidade, são convocadas com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, com pauta previamente comunicada aos seus integrantes.

§ 3º As pautas das reuniões ordinárias do CSDE seguem, necessariamente, a seguinte ordem:

I – apreciação e decisão sobre a ata da reunião anterior;

II – comunicação de, no máximo, 10 (dez) minutos, pelo Presidente ou por pessoa por ele indicada, sobre o tema a ser tratado na reunião;

III – comunicações por integrantes do Conselho, que são encaminhadas por escrito ao Presidente do CSDE.

Art. 22. O CSDE formaliza suas decisões por meio de deliberações, que podem, a critério do Presidente, ser publicadas no órgão oficial do Município.

§ 1º As deliberações do CSDE são tomadas por maioria de votos dos presentes, nos termos do § 3º do art. 20, e denominam-se acordos.

§ 2º Deliberado e aprovado o tema nos termos do § 1º, é exarada a respectiva resolução.

§ 3º Compete à SEMDETUR, no exercício do apoio técnico e administrativo de que trata o § 8º do art. 20, lavrar a ata da sessão plenária, com exposição sucinta dos trabalhos e das deliberações, que é assinada pelos membros presentes e devidamente arquivada.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 4º As regras da votação, da coleta de votos e dos demais atos da sessão plenária são disciplinadas no Regimento Interno.

CAPÍTULO VII
DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Art. 23. A concessão de direito real de uso é o instrumento preferencial para a destinação econômica de imóveis públicos no âmbito do Programa.

Art. 24. A CDRU tem prazo de até 20 (vinte) anos, desde que:

I – mantida a destinação útil do imóvel;

II – cumpridos os encargos originários;

III – preservadas as condições de habilitação do concessionário.

Art. 25. A CDRU é formalizada por contrato administrativo e levada a registro no cartório de registro de imóveis competente, nos termos da Lei (Federal) nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, às expensas do concessionário.

Art. 26. O contrato de CDRU contém, no mínimo:

I – objeto, área e prazo;

II – destinação econômica vinculada;

III – cronograma de implantação;

IV – valor mínimo de investimento;

V – prazo para início das obras e da operação;

VI – metas de ocupação, quando cabível;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

VII – vedação de desvio de finalidade;

VIII – cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e vedação de oneração, quando couber;

IX – hipóteses de caducidade, resolução e reversão;

X – condições de fiscalização e de prestação de informações.

Art. 27. A CDRU não pode ser transferida, cedida, subconcedida, onerada ou utilizada em finalidade diversa sem autorização expressa do Poder Executivo, precedida de análise técnica e jurídica.

Art. 28. Cumpridos o prazo e as condições previstos no art. 24, o concessionário pode formular opção de compra do imóvel, desde que:

I – tenha cumprido integralmente os encargos;

II – esteja em funcionamento regular;

III – apresente regularidade urbanística, ambiental e cadastral;

IV – haja concordância do Poder Executivo, precedida de manifestação técnica e jurídica;

V – haja autorização da Câmara Municipal, após a constatação do cumprimento do Programa.

CAPÍTULO VIII
DA COMPRA E VENDA E DA COMPRA E VENDA SUBSIDIADA

Art. 29. A compra e venda de imóvel público vinculado ao Programa pode ocorrer quando o interesse público recomendar a alienação definitiva, observados, além do disposto no art. 76 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

I – avaliação prévia;

II – autorização legislativa, nos termos do § 1º do art. 5º;

III – imposição de encargos resolúveis;

IV – cláusulas de reversão em favor do Município.

Art. 30. A compra e venda subsidiada pode ser adotada, excepcionalmente, para lotes específicos identificados no edital, quando:

I – houver dificuldade objetiva de aproveitamento econômico do lote;

II – a localização ou as características físicas justificarem o incentivo;

III – o subsídio for necessário à viabilização do investimento;

IV – houver motivação formal da SEMDETUR.

Art. 31. O subsídio de que trata o art. 30 é concedido na forma de desconto sobre o valor de avaliação do imóvel, limitado a 70% (setenta por cento), mediante justificativa expressa e avaliação da equipe técnica da SEMDETUR, que demonstre a vantajosidade do subsídio em face dos investimentos, dos empregos e da arrecadação esperados.

Art. 32. A escritura de compra e venda deve conter:

I – cláusula resolutiva expressa por descumprimento dos encargos, nos termos do art. 474 da Lei (Federal) nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

II – reversão do imóvel ao Município nas hipóteses previstas em lei e em contrato;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

III – direito de preferência do Município em alienações futuras, nos termos dos arts. 513 a 520 do Código Civil;

IV – vedação de revenda especulativa;

V – obrigação de manutenção da atividade inicialmente projetada, ou possibilidade de alteração mediante autorização prévia do CSDE, pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos.

Art. 33. Pode ser admitida a execução de obra pública, obra de infraestrutura, equipamento urbano ou melhoria de interesse do Município como contrapartida total ou parcial pelo valor do imóvel, desde que observados, cumulativamente:

I – interesse público específico e devidamente motivado;

II – demonstração da vantajosidade da modelagem adotada;

III – avaliação prévia do imóvel público;

IV – orçamento estimativo, projeto básico ou documento técnico equivalente da obra ou da infraestrutura a ser executada;

V – definição objetiva do cronograma físico-financeiro e dos marcos de medição;

VI – previsão de fiscalização, garantias de execução e sanções por inadimplemento;

VII – cláusulas de reversão, resolução, recomposição patrimonial e retenção de parcelas, quando cabíveis.

§ 1º A obra pública ou a infraestrutura oferecida em contrapartida deve possuir objeto determinado, utilidade pública demonstrada e valor economicamente mensurável.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 2º Quando a execução da obra corresponder apenas a parte do valor do imóvel, o instrumento deve prever a forma de compensação do saldo remanescente.

§ 3º A aceitação da obra como contrapartida não afasta o dever de avaliação técnica, jurídica, orçamentária e patrimonial da operação.

CAPÍTULO IX
DA PERMUTA E DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 34. A permuta de imóvel público vinculado ao Programa pode ser adotada quando demonstrado interesse público devidamente motivado, observados, além do disposto no inciso I do art. 76 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I – avaliação prévia do imóvel público;

II – avaliação prévia do bem, direito ou utilidade oferecidos em contrapartida;

III – equivalência econômica, admitida compensação financeira complementar quando necessária;

IV – procedimento competitivo público, ressalvadas as hipóteses legais expressamente previstas;

V – cláusulas de encargo, fiscalização, reversão e resolução, quando cabíveis.

Art. 35. Aplica-se à permuta com obrigação de execução de obra pública, de obra de infraestrutura, de equipamento urbano ou de melhoria de interesse do Município, de que trata o inciso V do art. 5º, o disposto no art. 33.

Art. 36. Excepcionalmente, pode ser admitida a dação em pagamento de imóvel público no âmbito do Programa, exclusivamente

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

quando destinada à extinção de obrigação líquida, certa e exigível do Município, desde que demonstrados o interesse público, a vantajosidade da operação, a avaliação prévia do bem e a adequação jurídica da medida, observados a alínea "a" do inciso I do art. 76 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e os arts. 356 a 359 do Código Civil.

CAPÍTULO X
DO INVESTIDOR ESTRUTURADOR PRIVADO

Art. 37. Podem participar do Programa, na condição de investidor estruturador privado, pessoas jurídicas interessadas em implantar, ampliar, administrar ou explorar:

I – galpões industriais;

II – centros logísticos, comerciais e de distribuição;

III – condomínios empresariais;

IV – estruturas *built to suit* (locação sob medida);

V – hotéis, pousadas, centros de eventos e demais empreendimentos turísticos;

VI – núcleos de serviços e ativos correlatos destinados à futura ocupação por empresas elegíveis.

Art. 38. O investidor estruturador privado pode:

I – construir para locação;

II – construir para cessão onerosa;

III – operar empreendimento modular de múltiplos usuários;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

IV – implantar estrutura sob encomenda ou por modelo *built to suit*, nos termos do art. 54-A da Lei (Federal) nº 8.245, de 18 de outubro de 1991.

Art. 39. O enquadramento do investidor estruturador depende de comprovação de:

I – viabilidade econômica do projeto;

II – interesse público qualificado;

III – capacidade de atração de empreendimentos;

IV – compatibilidade urbanística, ambiental e logística;

V – metas mínimas de implantação e ocupação.

Art. 40. O contrato ou instrumento aplicável ao investidor estruturador deve conter, além das cláusulas previstas no art. 72 e dos demais requisitos gerais desta Lei:

I – prazo para implantação da infraestrutura;

II – parâmetros mínimos de ocupação;

III – destinação vinculada a empresas elegíveis;

IV – vedação de desvio de finalidade;

V – regras de fiscalização;

VI – reversão, resolução, caducidade ou recomposição patrimonial, quando cabíveis.

Art. 41. O investidor estruturador privado pode promover alterações em seu quadro societário, inclusive ingresso, retirada, substituição ou reorganização de sócios ou acionistas, mediante

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

comunicação à SEMDETUR, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da formalização do ato societário.

§ 1º A comunicação prevista no *caput* deve ser instruída com os atos societários correspondentes e com a atualização dos documentos de representação da pessoa jurídica, quando cabível.

§ 2º As alterações do quadro societário não dependem de autorização prévia, desde que não impliquem:

I – cessão ou transferência do instrumento jurídico celebrado com o Município;

II – alteração da finalidade do empreendimento;

III – perda dos requisitos de habilitação, regularidade ou capacidade econômico-financeira exigidos para o enquadramento no Programa.

§ 3º Verificada, após a comunicação, situação que comprometa a regularidade do empreendimento ou o cumprimento das condições do Programa, a SEMDETUR pode determinar a apresentação de esclarecimentos, documentos complementares ou medidas de saneamento, sem prejuízo das providências administrativas cabíveis.

§ 4º O disposto neste artigo não afasta a necessidade de autorização específica do Poder Executivo em caso de subconcessão ou de outra hipótese expressamente sujeita a anuência pela legislação, pelo edital ou pelo contrato.

Art. 42. É expressamente vedado ao investidor estruturador privado dar em garantia bancária, real ou fiduciária, total ou parcialmente, o imóvel objeto de concessão, alienação com encargos, compra e venda subsidiada, permuta ou qualquer outro instrumento celebrado no âmbito desta Lei, bem como os direitos reais, aquisitivos, possessórios ou obrigacionais dele decorrentes.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO XI
DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 43. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMDE, instituído pelo art. 11 da Lei Municipal nº 1.708, de 29 de novembro de 2023, passa a ter, como finalidade adicional, a provisão de recursos para o financiamento, o apoio, a estruturação, a promoção, o acompanhamento e a execução das políticas públicas, dos programas, dos projetos e das ações voltados ao PSDE.

Art. 44. Ficam acrescidas às receitas do FMDE, além daquelas já previstas no art. 12 da Lei Municipal nº 1.708, de 29 de novembro de 2023, as seguintes fontes oriundas do PSDE:

I – o encargo financeiro de que trata o Capítulo XV desta Lei;

II – as dotações orçamentárias e os créditos adicionais que lhe forem especificamente destinados para os fins desta Lei;

III – os recursos oriundos de convênios, emendas parlamentares, acordos, contratos e termos de cooperação vinculados ao PSDE.

Parágrafo único. O produto das alienações de imóveis e as retribuições decorrentes das CDRU celebradas com fundamento nesta Lei não integram as receitas do FMDE e constituem receita do Tesouro Municipal, observado o art. 44 da Lei Complementar (Federal) nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 45. Além das destinações já previstas na legislação vigente, os recursos do FMDE arrecadados por força desta Lei são aplicados em:

I – estudos, projetos, modelagens e diagnósticos voltados ao desenvolvimento econômico;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

II – implantação, ampliação e melhoria de infraestrutura econômica e logística;

III – ações de promoção institucional e prospecção de investimentos;

IV – capacitação, qualificação profissional e fortalecimento do ambiente de negócios;

V – monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos programas de incentivo econômico;

VI – apoio técnico e operacional à execução desta Lei e de seus regulamentos;

VII – aquisição de imóveis;

VIII – obras de edificações e de infraestrutura;

IX – outras ações compatíveis com a política municipal de desenvolvimento econômico.

Art. 46. A administração e a gestão orçamentária dos recursos do FMDE, especificamente no que tange à execução do PSDE, ficam a cargo da SEMDETUR, observados os arts. 71 a 74 da Lei (Federal) nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as demais normas de direito financeiro, de controle interno e de prestação de contas.

Art. 47. O Poder Executivo deve atualizar a regulamentação do FMDE, a fim de adequar o seu funcionamento, a sua operacionalização e a sua gestão financeira às disposições desta Lei, de modo a integrar as ações do PSDE com as diretrizes da Lei Municipal nº 1.708, de 29 de novembro de 2023.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO XII
DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DO PSDE

Art. 48. Integram o PSDE os benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e à Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares, concedidos aos empreendimentos enquadrados no Programa nos termos deste Capítulo e dos Capítulos XIII a XVI, em observância ao § 6º do art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Parágrafo único. A concessão dos benefícios fiscais previstos nesta Lei observa o disposto no art. 14 da Lei Complementar (Federal) nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devendo a renúncia de receita estar acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e ser compatível com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária anual.

Art. 49. A concessão dos benefícios fiscais previstos nesta Lei depende de prévio enquadramento do empreendimento no PSDE, formalizado em ato de enquadramento, na forma desta Lei.

Parágrafo único. O ato de enquadramento é precedido de aceite expresso, firmado pelo representante legal da pessoa jurídica requerente, das condições do PSDE, inclusive do encargo financeiro de que trata o Capítulo XV.

Art. 50. Os benefícios fiscais previstos nesta Lei podem ser concedidos, conforme a natureza do empreendimento e nos termos do ato de enquadramento:

I – à pessoa jurídica que desenvolve diretamente a atividade econômica incentivada (beneficiário direto, nos termos do inciso I do art. 4º);

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

II – ao investidor estruturador privado, nos termos do inciso II do art. 4º e do art. 37, quando responsável pela implantação, ampliação, administração ou exploração de infraestrutura econômica vinculada ao PSDE.

§ 1º A concessão de benefício fiscal ao investidor estruturador privado depende da demonstração de vínculo direto entre a infraestrutura implantada e a instalação, o suporte ou a atração de empreendimentos compatíveis com os objetivos do PSDE.

§ 2º Os benefícios fiscais podem ser concedidos de forma isolada ou concomitante ao beneficiário direto e ao investidor estruturador privado, desde que:

I – cada beneficiário cumpra os requisitos legais e regulamentares aplicáveis;

II – haja individualização das obrigações, das condições de fruição e dos respectivos prazos no ato de enquadramento;

III – não haja sobreposição indevida de incentivos sobre o mesmo fato gerador, em desconformidade com a legislação aplicável.

§ 3º O ato de enquadramento deve indicar expressamente a qual beneficiário se destina cada incentivo fiscal, bem como as respectivas condições e as hipóteses de suspensão ou cancelamento.

CAPÍTULO XIII
DOS BENEFÍCIOS RELATIVOS AO ISSQN E AO IPTU

Art. 51. Pode ser concedido aos empreendimentos enquadrados no PSDE, na forma desta Lei e do respectivo ato de enquadramento, benefício fiscal relativo ao ISSQN, de que trata o inciso III do art. 156 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e ao IPTU, de que trata o inciso I do mesmo artigo, observados os seguintes critérios:

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

I – a compatibilidade da atividade econômica com os objetivos do PSDE;

II – o cumprimento das condições previstas nesta Lei, em seu regulamento e no ato de enquadramento, em especial as constantes do art. 17, e o recolhimento do encargo financeiro de que trata o Capítulo XV;

III – a manutenção da regularidade fiscal, cadastral, urbanística e ambiental do beneficiário;

IV – a preservação, em qualquer hipótese, da alíquota mínima de 2% (dois por cento) do ISSQN, nos termos do art. 8º-A da Lei Complementar (Federal) nº 116, de 31 de julho de 2003, vedada a concessão de benefício que resulte, direta ou indiretamente, em tributação inferior ao piso legal.

Art. 52. O percentual de redução do ISSQN e do IPTU é concedido de forma escalonada, em função da quantidade de empregos diretos gerados pelo empreendimento no Município de Nossa Senhora do Socorro, conforme os seguintes níveis:

I – Nível 1: empreendimentos que gerem de 5 (cinco) a 10 (dez) empregos diretos:

a) redução de 30% (trinta por cento) do ISSQN devido;

b) redução de 50% (cinquenta por cento) do IPTU incidente sobre o imóvel vinculado ao empreendimento;

II – Nível 2: empreendimentos que gerem de 11 (onze) a 20 (vinte) empregos diretos:

a) redução de 40% (quarenta por cento) do ISSQN devido;

b) redução de 70% (setenta por cento) do IPTU incidente sobre o imóvel vinculado ao empreendimento;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

III – Nível 3: empreendimentos que gerem de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) empregos diretos:

a) redução de 45% (quarenta e cinco por cento) do ISSQN devido;

b) redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IPTU incidente sobre o imóvel vinculado ao empreendimento;

IV – Nível 4: empreendimentos que gerem de 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta) empregos diretos:

a) redução de 50% (cinquenta por cento) do ISSQN devido;

b) redução de 80% (oitenta por cento) do IPTU incidente sobre o imóvel vinculado ao empreendimento;

V – Nível 5: empreendimentos que gerem 51 (cinquenta e um) ou mais empregos diretos:

a) redução de 60% (sessenta por cento) do ISSQN devido, observada a alíquota mínima de 2% (dois por cento) prevista no inciso IV do art. 51;

b) redução de 90% (noventa por cento) do IPTU incidente sobre o imóvel vinculado ao empreendimento.

§ 1º Para fins de enquadramento nos níveis previstos no caput, considera-se emprego direto o vínculo empregatício formal celebrado com trabalhadores domiciliados no Município de Nossa Senhora do Socorro, devidamente registrado nos termos da legislação trabalhista vigente.

§ 2º O percentual preferencial de trabalhadores residentes no Município será definido no ato de enquadramento, conforme previsto no inciso III do art. 17 desta Lei, sem prejuízo da admissão de mão de obra especializada não disponível localmente.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 3º O enquadramento no nível correspondente será verificado com base nas metas de geração de emprego constantes do plano de implantação apresentado pelo beneficiário, nos termos do art. 9º, inciso IX, sendo reavaliado anualmente pela SEMDETUR.

§ 4º O benefício fiscal relativo ao IPTU será apurado sobre o valor do lançamento do imposto referente ao imóvel efetivamente utilizado na atividade econômica incentivada, vedada a extensão do benefício a imóveis não vinculados ao objeto do empreendimento enquadrado.

§ 5º Constatada, na reavaliação anual, redução do número de empregos que implique enquadramento em nível inferior, tanto o benefício de ISSQN quanto o de IPTU serão ajustados proporcionalmente ao novo nível, a partir do exercício fiscal subsequente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 6º O beneficiário que, por força de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado, reduzir temporariamente o quadro de empregados poderá requerer à SEMDETUR a manutenção provisória do nível de enquadramento, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, mediante apresentação de plano de recomposição do quadro.

§ 7º Em nenhuma hipótese o benefício de redução do ISSQN resultará em carga tributária inferior à alíquota mínima de 2% (dois por cento), nos termos do inciso IV do art. 51 desta Lei.

§ 8º Os benefícios previstos neste artigo ficam sujeitos ao encargo financeiro ao FMDE de que trata o Capítulo XV, calculado sobre o valor do benefício efetivamente usufruído, em qualquer dos níveis de enquadramento.

CAPÍTULO XIV
DO BENEFÍCIO RELATIVO À TAXA DE LICENÇA DE EXECUÇÃO DE OBRAS E URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PARTICULARES

Art. 53. Aos empreendimentos enquadrados no PSDE pode ser concedida redução de até 95% (noventa e cinco por cento) do valor da

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares, exclusivamente nas hipóteses de desmembramento e remembramento previstas no Anexo IV-A do Código Tributário Municipal.

§ 1º O percentual de redução da Taxa é definido caso a caso pelo Conselho Socorrense de Desenvolvimento Econômico – CSDE, mediante deliberação específica e fundamentada, nos termos do inciso VIII do art. 19, com base no valor do investimento projetado, no número de empregos diretos previstos e na relevância do empreendimento para os objetivos do art. 2º, observado o limite máximo de 95% (noventa e cinco por cento) do valor da Taxa efetivamente apurada.

§ 2º A redução prevista neste artigo incide exclusivamente sobre os valores correspondentes às modalidades de desmembramento e remembramento constantes do Anexo IV-A do Código Tributário Municipal, não se aplicando às demais modalidades, obras, serviços, licenças, vistorias ou atos administrativos sujeitos à cobrança da Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares.

§ 3º O benefício previsto neste artigo é aplicado sobre o valor da Taxa apurado de acordo com a legislação tributária municipal, não implicando alteração de sua base de cálculo, fato gerador, sujeito passivo ou demais elementos da obrigação tributária.

§ 4º A concessão do benefício é formalizada no ato de enquadramento do empreendimento no PSDE, com indicação do percentual de redução deliberado pelo CSDE.

§ 5º A fruição do benefício fica condicionada à manutenção das condições que fundamentaram o enquadramento do empreendimento no PSDE, sem prejuízo das demais obrigações tributárias, urbanísticas, ambientais e administrativas aplicáveis.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO XV
DO ENCARGO FINANCEIRO AO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 54. A fruição dos benefícios fiscais previstos nos Capítulos XIII e XIV fica condicionada ao pagamento, pelo beneficiário, de encargo financeiro em favor do FMDE, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do benefício fiscal efetivamente usufruído em cada período de apuração.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput*, considera-se valor do benefício fiscal efetivamente usufruído a diferença positiva entre:

I – o valor do ISSQN, do IPTU ou da Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares que seria devido sem a aplicação da redução concedida; e

II – o valor efetivamente devido após a aplicação da redução concedida.

§ 2º O encargo incide uma única vez sobre cada benefício usufruído, vedada a sua incidência sobre o próprio encargo ou sobre valores que não tenham sido objeto de redução.

Art. 55. O encargo financeiro de que trata o art. 54:

I – decorre de condição estabelecida para a concessão de benefício fiscal facultativo, cuja fruição depende de requerimento do interessado e de aceite expresso, nos termos do parágrafo único do art. 49;

II – não altera o fato gerador, a base de cálculo, a alíquota ou o sujeito passivo do ISSQN, do IPTU ou da Taxa, nem se confunde com adicional ou sobretaxa desses tributos;

III – não é exigível de quem não requerer o benefício fiscal ou a ele renunciar, hipótese em que os tributos são devidos na forma da

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

legislação tributária ordinária, sem prejuízo do encargo relativo aos períodos em que houve fruição;

IV – não pode resultar, em nenhuma hipótese, em ônus superior ao valor do benefício fiscal efetivamente usufruído;

V – é recolhido em documento de arrecadação próprio, distinto daquele destinado ao pagamento dos tributos.

Art. 56. O encargo financeiro é apurado pela Secretaria Municipal da Fazenda, com base nas informações e nas declarações fiscais do beneficiário, e recolhido ao FMDE:

I – quanto ao ISSQN, mensalmente, no mesmo prazo de vencimento do imposto relativo à competência a que se refere;

II – quanto ao IPTU, em cada exercício, proporcionalmente a cada parcela do imposto e no mesmo prazo de vencimento;

III – quanto à Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares, na data do pagamento da Taxa.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Fazenda pode exigir do beneficiário demonstrativo específico de cálculo do benefício fiscal usufruído no período, na forma do regulamento.

Art. 57. Os recursos arrecadados a título de encargo financeiro:

I – são escriturados de forma individualizada e identificada, em registro próprio do FMDE, nos termos do inciso I do art. 50 da Lei Complementar (Federal) nº 101, de 4 de maio de 2000;

II – destinam-se às finalidades gerais do FMDE, previstas na Lei Municipal nº 1.708, de 29 de novembro de 2023, e no art. 45 desta Lei, sem vinculação a programa, projeto ou despesa específicos, cabendo à lei orçamentária anual a sua programação;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

III – têm o saldo positivo, apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo, nos termos do art. 73 da Lei (Federal) nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Em caso de extinção do FMDE, o saldo remanescente é revertido ao Tesouro Municipal.

Art. 58. O inadimplemento do encargo financeiro por 3 (três) períodos de apuração, consecutivos ou não, enseja o cancelamento do benefício fiscal, nos termos do inciso IV do art. 62, observado o devido processo administrativo, com contraditório e ampla defesa.

§ 1º Antes do cancelamento, o beneficiário é notificado para regularizar a situação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação.

§ 2º Os valores não recolhidos no prazo são atualizados na forma do art. 69, acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e, apurados em procedimento administrativo, inscritos em dívida ativa não tributária do Município, nos termos do § 2º do art. 39 da Lei (Federal) nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 59. O disposto neste Capítulo:

I – aplica-se exclusivamente aos benefícios fiscais concedidos com fundamento nesta Lei, não alcançando os incentivos mantidos nos termos do art. 78;

II – vigora enquanto perdurar a fruição do benefício fiscal, observado o prazo previsto no art. 61, e cessa, quanto aos períodos subsequentes, com o término, a renúncia ou o cancelamento do benefício.

Art. 60. Compete à Secretaria Municipal da Fazenda disciplinar, por ato próprio, sem prejuízo do regulamento de que trata o art. 73:

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

I – os procedimentos de apuração, de escrituração e de recolhimento do encargo financeiro, inclusive as obrigações acessórias necessárias ao seu controle;

II – o código de receita e a classificação orçamentária do encargo financeiro, bem como a criação da respectiva fonte de receita;

III – o controle e a regular utilização dos recursos arrecadados, em articulação com a SEMDETUR.

CAPÍTULO XVI
DO PRAZO E DAS PENALIDADES

Art. 61. Os benefícios fiscais previstos nesta Lei podem ser fruídos desde a publicação do respectivo ato de enquadramento até 31 de dezembro de 2033.

Parágrafo único. O benefício relativo ao ISSQN observa, de 2029 a 2032, o disposto no art. 128 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, e cessa com a extinção do imposto, a partir de 2033, nos termos do art. 129 do mesmo Ato.

Art. 62. O descumprimento das condições para a fruição dos benefícios fiscais, em especial das previstas no art. 17 e do encargo financeiro de que trata o Capítulo XV, pode ensejar, observado o devido processo administrativo e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I – advertência;

II – suspensão temporária da fruição do benefício fiscal;

III – reenquadramento em nível inferior, nos termos do § 5º do art. 52;

IV – cancelamento do benefício;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

V – cobrança dos tributos e do encargo financeiro devidos, com os acréscimos legais cabíveis;

VI – impedimento temporário de acesso a novos incentivos no âmbito do PSDE, nos termos do regulamento.

§ 1º A suspensão ou o cancelamento do benefício fiscal não afasta a exigibilidade do ISSQN, do IPTU e da Taxa de Licença de Execução de Obras e Urbanização de Áreas Particulares devidos na forma da legislação tributária municipal, conforme o caso.

§ 2º Sem prejuízo das sanções previstas no *caput*, a constatação de fraude, simulação, omissão de receita, prestação de informação falsa ou desvio de finalidade pode ensejar a perda imediata do benefício, sem prejuízo das demais medidas administrativas, tributárias, civis e penais cabíveis.

§ 3º A advertência é aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações acessórias que não causem prejuízo ao erário nem comprometam as metas do PSDE, como atraso na entrega de documentos ou na afixação de placa.

§ 4º A suspensão temporária do benefício, pelo prazo de até 6 (seis) meses, é aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações substanciais corrigíveis, como o não atingimento de metas parciais de emprego ou de investimento.

CAPÍTULO XVII
DAS VEDAÇÕES E DA ELEGIBILIDADE

Art. 63. Não podem obter a CDRU, adquirir lotes ou receber subsídios no âmbito do Programa:

I – pessoas jurídicas com débitos exigíveis perante o Município, ressalvadas as hipóteses de exigibilidade suspensa, na forma do art. 151 do Código Tributário Nacional, ou de parcelamento regular;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

II – empresas impedidas de licitar e contratar com o Poder Público, nos termos do inciso III do art. 156 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar, nos termos do inciso IV do art. 156 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV – pessoas jurídicas em liquidação ou falência, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas, com demonstração de viabilidade.

Art. 64. O Poder Executivo realiza consultas aos cadastros públicos pertinentes antes da assinatura dos instrumentos, inclusive quanto à regularidade fiscal, cadastral e de integridade, incluídos o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, de que trata o art. 161 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XVIII
DA FISCALIZAÇÃO, DA RESOLUÇÃO E DA REVERSÃO

Art. 65. O Município mantém sistema de acompanhamento dos imóveis, dos instrumentos, dos ocupantes, dos beneficiários diretos, dos locatários e dos concessionários.

Art. 66. Constituem causas de resolução, caducidade, cancelamento ou reversão:

I – não implantação do projeto no prazo;

II – abandono do imóvel;

III – alteração de finalidade sem autorização;

IV – perda das condições de habilitação por período superior a 180 (cento e oitenta) dias;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

V – descumprimento dos encargos contratuais;

VI – cessão, transferência ou oneração irregular.

Art. 67. A resolução da CDRU ou da compra e venda com encargos implica reversão do imóvel ao Município, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 68. Salvo disposição específica em contrário, as benfeitorias e construções realizadas podem reverter ao patrimônio municipal, sem direito de retenção, observadas as condições do edital e/ou do instrumento celebrado.

Art. 69. Para fins de atualização monetária dos valores devidos ao Município por força do descumprimento de obrigações ou da resolução de instrumentos previstos nesta Lei, adota-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, calculado desde a data do desembolso ou do inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

CAPÍTULO XIX
DA GOVERNANÇA E DOS ESTUDOS TÉCNICOS

Art. 70. O Poder Executivo realiza, periodicamente, estudos de demanda e disponibilidade de áreas destinadas ao Programa, com classificação dos lotes conforme vocação e finalidade econômica.

Art. 71. A disponibilização dos imóveis depende de instrução técnico-administrativa contendo, conforme o caso:

I – estudo urbanístico;

II – estudo jurídico;

III – avaliação imobiliária;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

IV – estudo de viabilidade econômica;

V – análise ambiental;

VI – minuta de edital e de instrumento contratual;

VII – justificativa expressa da hipótese de dispensa de licitação, quando for o caso, nos termos do art. 76 da Lei (Federal) nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO XX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72. Os instrumentos celebrados com fundamento nesta Lei devem conter cláusulas expressas de:

I – destinação útil;

II – encargo;

III – fiscalização;

IV – reversão;

V – sanções;

VI – solução administrativa de controvérsias, quando cabível.

Art. 73. O Poder Executivo regulamenta esta Lei, especialmente quanto:

I – ao procedimento de pleito, instrução e seleção técnica;

II – à matriz de pontuação dos projetos;

III – aos documentos exigíveis;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

IV – aos fluxos de instrução e decisão;

V – aos modelos padronizados de edital e contrato;

VI – à operacionalização do FMDE;

VII – à forma de apuração, de recolhimento e de controle do encargo financeiro de que trata o Capítulo XV.

Art. 74. O Poder Executivo adota as providências orçamentárias, financeiras e administrativas necessárias à implementação das disposições desta Lei relativas ao FMDE.

Art. 75. O PSDE tem vigência de 10 (dez) anos, contados da data de publicação desta Lei, podendo ser prorrogado por até igual período mediante lei específica que reavalie os resultados e o interesse público.

Art. 76. O Município publica, com periodicidade mínima anual, relatório público com a consolidação dos incentivos concedidos, da arrecadação e da aplicação do encargo financeiro ao FMDE, dos impactos econômicos aferidos e da avaliação de desempenho das empresas participantes do Programa, em observância à Lei (Federal) nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 77. Os incentivos previstos nesta Lei podem ser objeto de regulamentação específica por decreto do Poder Executivo Municipal, no qual devem ficar definidos os critérios objetivos, os prazos, as contrapartidas exigidas e os procedimentos administrativos cabíveis.

Art. 78. Os incentivos e benefícios concedidos com fundamento nas leis revogadas por esta Lei permanecem regidos por elas até o término do prazo originalmente fixado para cada concessão, resguardados o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, nos termos do inciso XXXVI do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do art. 178 do Código Tributário Nacional.

Art. 79. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.049
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 80. Ficam revogadas as seguintes leis municipais: Lei Municipal nº 1.029, de 13 de dezembro de 2013; Lei Municipal nº 1.533, de 22 de outubro de 2021; Lei Municipal nº 1.722, de 18 de dezembro de 2023; e Lei Municipal nº 1.845, de 16 de julho de 2025.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

José Matos Lima Filho
Secretário do Desenvolvimento
Econômico e do Turismo

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura – SMC do Município de Nossa Senhora do Socorro, revoga a Lei Municipal nº 1.237, de 22 de dezembro de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei regula, no Município de Nossa Senhora do Socorro, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – em especial o seu art. 216-A – e com a Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Socorro, o Sistema Municipal de Cultura – SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO I
DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

Art. 3º A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Nossa Senhora do Socorro.

Art. 4º A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Nossa Senhora do Socorro.

Art. 5º É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º Cabe ao Poder Público do Município planejar e implementar políticas públicas para:

I – assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II – universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III – contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV – reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no Município;

V – combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

VI – promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII – qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII – democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX – estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X – consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI – intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais; e

XII – contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e, na sua avaliação, uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

CAPÍTULO II

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

DOS DIREITOS CULTURAIS

Art. 10. Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I – o direito à identidade e à diversidade cultural;

II – o direito à livre criação e expressão, compreendendo:

a) livre acesso;

b) livre difusão; e

c) livre participação nas decisões de política cultural.

III – o direito autoral;

IV – o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

CAPÍTULO III
DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA

Art. 11. O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

SEÇÃO I
DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA

Art. 12. A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Nossa Senhora do Socorro, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 13. Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14. A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15. Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

SEÇÃO II
DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA

Art. 16. Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17. Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18. O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do Município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os arts. 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 19. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20. O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21. O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

SEÇÃO III
DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

Art. 22. Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23. O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I – sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II – elemento estratégico da economia contemporânea, em

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e

III – conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24. As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do Município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25. As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26. O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município deve ser estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27. O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no Município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda a sociedade.

TÍTULO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 28. O Sistema Municipal de Cultura – SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29. O Sistema Municipal de Cultura – SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta Lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira – União, Estados, Municípios e Distrito Federal – com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30. Os princípios do Sistema Municipal de Cultura – SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

I – diversidade das expressões culturais;

II – universalização do acesso aos bens e serviços culturais;

III – fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV – cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;

V – integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI – complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII – transversalidade das políticas culturais;

VIII – autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;

IX – transparência e compartilhamento das informações;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

X – democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI – descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; e

XII – ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 31. O Sistema Municipal de Cultura – SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32. São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;

II – assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do Município;

III – articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;

IV – promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

V – criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC; e

VI – estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA
SEÇÃO I
DOS COMPONENTES

Art. 33. Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – coordenação:
a) Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT.

II – instâncias de articulação, pactuação e deliberação:
a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
b) Conferência Municipal de Cultura – CMC.

III – instrumentos de gestão:
a) Plano Municipal de Cultura – PMC;
b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;
c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;
d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

IV – sistemas setoriais de cultura:
a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;
b) Sistema Municipal de Museus – SMM;
c) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

d) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Cultura – SMC articula-se com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial os da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

Art. 34. A Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35. Integram a estrutura da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT as instituições vinculadas indicadas a seguir:

I – Centro Administrativo;

II – Biblioteca Alaíde dos Santos;

III – Centro Cultural Gilson Prado Barreto;

IV – Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) das Artes; e

V – outras que venham a ser constituídas.

Art. 36. São atribuições da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT:

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

I – formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;

II – implementar o Sistema Municipal de Cultura – SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

III – promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

IV – valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;

V – preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;

VI – pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;

VII – manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

VIII – promover o intercâmbio cultural em nível regional, nacional e internacional;

IX – assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;

X – descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

XI – estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;

XII – estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;

XIII – elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

XIV – captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;

XV – operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;

XVI – realizar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura; e

XVII – exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37. À Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT, como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC, compete:

I – exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

II – promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;

III – instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

– CMPC e nas suas instâncias setoriais;

IV – implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, e as acordadas na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC;

V – emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura – SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

VI – colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;

VII – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;

VIII – subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal;

IX – auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X – colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura,

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município;e

XI – coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura – CMC.

SEÇÃO III

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 38. Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura – SMC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

SUBSEÇÃO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC

Art. 39. Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, que se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, na elaboração, no acompanhamento da execução, na fiscalização e na avaliação das políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 2º Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos, e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 3º A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Nossa Senhora do Socorro, por meio da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído por membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – 9 (nove) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, por meio dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT, 1 (um) representante, sendo ele o Secretário Municipal da Cultura e Economia Criativa;

b) Fundação Municipal de Cultura, 1 (um) representante, sendo ele o seu Diretor-Presidente;

c) Secretaria Municipal da Educação, 1 (um) representante;

d) Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Transformação Digital, 1 (um) representante;

e) Secretaria Municipal da Família, da Inclusão e da Assistência Social, 1 (um) representante;

f) Instituto Federal de Sergipe, 1 (um) representante,

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

mediante convite;

g) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e do Turismo, 1 (um) representante;

h) Secretaria Municipal da Juventude e do Esporte e Lazer, 1 (um) representante;

i) Secretaria Municipal da Saúde, 1 (um) representante.

II – 9 (nove) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil, por meio dos seguintes setores e quantitativos:

a) Artes Visuais e Artesanato, 1 (um) representante;

b) Audiovisual, 1 (um) representante;

c) Música, 1 (um) representante;

d) Teatro, 1 (um) representante;

e) Dança, 1 (um) representante;

f) Cultura Popular, 1 (um) representante;

g) Patrimônio Cultural Material e Imaterial, 1 (um) representante;

h) Literatura e Biblioteconomia, 1 (um) representante;

i) Fomentadores Culturais, 1 (um) representante.

§ 1º Os membros titulares e suplentes representantes do Poder Público são designados pelo respectivo órgão e os representantes da sociedade civil são eleitos conforme o Regimento Interno.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 2º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral, com os respectivos suplentes.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, pode ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Executivo do Município.

§ 4º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 41. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I – Plenário;

II – Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC;

III – Colegiados Setoriais;

IV – Comissões Temáticas;

V – Grupos de Trabalho; e

VI – Fóruns Setoriais e Territoriais.

Art. 42. Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

I – propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura – PMC;

II – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

III – colaborar na implementação das pactuações acordadas

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV – aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;

V – definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

VI – estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;

VII – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VIII – apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;

IX – contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;

X – apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da cultura;

XI – apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a serem celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei (Federal) nº 9.790, de 23 de março de 1999;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

XII – contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

XIII – acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC;

XIV – promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

XV – promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XVI – incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

XVII – delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;

XVIII – aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC; e

XIX – estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Parágrafo único. O Plenário pode delegar a competência prevista no inciso XI a outra instância do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 43. Compete ao Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura – CIPOC promover a articulação das políticas de cultura do Poder Público, no âmbito municipal, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 44. Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 45. Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 46. Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 47. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura – SMC, territoriais e setoriais, para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

SUBSEÇÃO II
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA – CMC

Art. 48. A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no Município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de cultura, que compõem o Plano Municipal de Cultura – PMC.

§ 1º É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura – PMC e às respectivas revisões ou adequações.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reúne ordinariamente a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deve estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º A Conferência Municipal de Cultura – CMC é precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC é, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo eles eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

SEÇÃO IV
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Art. 49. Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I – Plano Municipal de Cultura – PMC;

II – Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

III – Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC; e

IV – Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único. Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

SUBSEÇÃO I
DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA – PMC

Art. 50. O Plano Municipal de Cultura – PMC, instituído por lei própria, tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 51. A elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara Municipal.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I – diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II – diretrizes e prioridades;

III – objetivos gerais e específicos;

IV – estratégias, metas e ações;

V – prazos de execução;

VI – resultados e impactos esperados;

VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII – mecanismos e fontes de financiamento; e

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

IX – indicadores de monitoramento e avaliação.

SUBSEÇÃO II
DO SISTEMA MUNICIPAL DE
FINANCIAMENTO À CULTURA – SMFC

Art. 52. O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único. São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Nossa Senhora do Socorro:

I – Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual – LOA;

II – Fundo Municipal de Cultura – FMC, definido nesta Lei;

III – Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, conforme lei específica; e

IV – outros que venham a ser criados.

SUBSEÇÃO III
DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Cultura – FMC, vinculado à Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, nos termos dos arts. 71 a 74 da Lei (Federal) nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de acordo com as regras definidas nesta Lei.

Art. 54. O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no Município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e cofinanciamento com a União e com o Governo do Estado de Sergipe.

Parágrafo único. É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 55. São receitas do Fundo Municipal de Cultura – FMC:

I – dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Nossa Senhora do Socorro e seus créditos adicionais;

II – transferências federais ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

III – contribuições de mantenedores;

IV – produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V – doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII – reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura – FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

VIII – retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

IX – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

X – empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades, observada a legislação aplicável às operações de crédito;

XI – saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

XII – devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

XIII – saldos de exercícios anteriores; e

XIV – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Art. 56. O Fundo Municipal de Cultura – FMC é administrado pela Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT, na forma estabelecida em regulamento, e apoia projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I – não reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II – reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

§ 1º Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT define, com os agentes financeiros credenciados, a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º Os riscos das operações previstas no § 1º são assumidos, solidariamente, pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma do regulamento.

§ 3º A taxa de administração a que se refere o § 1º não pode ser superior a 3% (três por cento) dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º Para o financiamento de que trata o inciso II do caput, são fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 57. Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura – FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não podem ultrapassar 5% (cinco por cento) de suas receitas, observado o limite fixado anualmente por ato do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 58. O Fundo Municipal de Cultura – FMC financia projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º Pode ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º Os projetos culturais previstos no caput podem conter despesas administrativas de até 10% (dez por cento) de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que podem conter despesas administrativas de até 15% (quinze por cento) de seu custo total.

Art. 59. Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos, para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não goza de incentivo fiscal.

§ 2º A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura – FMC é formalizada por meio de convênios, contratos e demais instrumentos específicos previstos na legislação aplicável, em especial os termos de execução cultural da Lei (Federal) nº 14.903, de 27 de junho de 2024.

Art. 60. Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 61. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC é constituída por membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Os membros do Poder Público são indicados pela Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT.

§ 2º Os membros da Sociedade Civil são escolhidos conforme regulamento.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 62. Na seleção dos projetos, a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 63. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I – avaliação das três dimensões culturais do projeto – simbólica, cidadã e econômica;

II – adequação orçamentária;

III – viabilidade de execução; e

IV – capacidade técnico-operacional do proponente.

SUBSEÇÃO IV
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES
E INDICADORES CULTURAIS – SMIIC

Art. 64. Cabe à Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e está disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º O processo de estruturação do Sistema Municipal de

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 65. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC tem como objetivos:

I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;

II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município; e

III – exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 66. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC faz levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 67. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC estabelece parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa,

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

SUBSEÇÃO V
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA – PROMFAC

Art. 68. Cabe à Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal da Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 69. O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:

I – a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população; e

II – a formação nas áreas técnicas e artísticas.

SEÇÃO V
DOS SISTEMAS SETORIAIS

Art. 70. Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 71. Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

I – Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPC;

II – Sistema Municipal de Museus – SMM;

III – Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura – SMBLLL; e

IV – outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Art. 72. As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 73. Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC, conformando subsistemas que se conectam à estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 74. As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura – SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 75. As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 76. Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura – SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, por meio dos respectivos segmentos representados na composição prevista no art. 40 desta Lei ou, quando necessário, na condição de convidadas, nos termos do regimento interno, com a finalidade de propor diretrizes para a elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar a

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

definição de estratégias de sua implementação.

TÍTULO III
DO FINANCIAMENTO
CAPÍTULO I
DOS RECURSOS

Art. 77. O Fundo Municipal de Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Parágrafo único. O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 78. O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura – PMC se faz com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal de Cultura – FMC.

Art. 79. O Município deve destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC para uso como contrapartida de transferências dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura são destinados a:

I – políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura; e

II – financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deve ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 80. Os critérios de aporte de recursos do Fundo

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Municipal de Cultura – FMC devem considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento ou território.

CAPÍTULO II
DA GESTÃO FINANCEIRA

Art. 81. Os recursos financeiros da cultura são depositados em conta específica e administrados pela Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

§ 1º Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC são administrados pela Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT.

§ 2º A Secretaria Municipal da Cultura e Economia Criativa – SECULT acompanha a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e pelo Estado ao Município.

Art. 82. O Município deve tornar públicos os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo único. O Município deve zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 83. O Município deve assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à cultura na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Fundo Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III
DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO

Art. 84. O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura é a base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento é previsto no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 85. As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura são propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 86. O Município mantém a sua integração ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio do termo de adesão voluntária, devendo atualizá-lo na forma do regulamento.

Art. 87. A utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta Lei sujeita o responsável, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às penalidades previstas no art. 315 do Decreto-Lei (Federal) nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando configurado o emprego

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

irregular de verbas ou rendas públicas.

Art. 88. O Fundo Municipal de Cultura – FMC criado por esta Lei sucede o fundo instituído pela Lei Municipal nº 1.237, de 22 de dezembro de 2017, em todos os direitos, créditos, obrigações, bens e contratos, ficando transferidos ao novo Fundo, a seu crédito, os saldos financeiros existentes na data de publicação desta Lei, nos termos do art. 73 da Lei (Federal) nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 89. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC criado por esta Lei sucede o conselho instituído pela Lei Municipal nº 1.237, de 22 de dezembro de 2017, cujos conselheiros permanecem no exercício de suas funções até a posse dos membros designados e eleitos na forma desta Lei, que deve ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação desta Lei.

Art. 90. A revogação da Lei Municipal nº 1.237, de 22 de dezembro de 2017, não prejudica os atos jurídicos perfeitos, os direitos adquiridos e as situações consolidadas sob a sua vigência, em especial os editais publicados, os projetos selecionados e os instrumentos celebrados com recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC, que prosseguem regidos pela legislação sob a qual foram constituídos, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 91. As normas, instruções e orientações que se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei devem ser expedidas mediante atos do Secretário Municipal da Cultura e Economia Criativa, sem prejuízo da competência regulamentar do Prefeito Municipal.

Art. 92. As despesas decorrentes da aplicação ou execução desta Lei devem correr à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento do Município para o Poder Executivo.

Art. 93. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.237, de 22 de dezembro de 2017.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.050
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 94. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Mônica Alves de Menezes Barbosa
Secretária Municipal de
Cultura e Economia Criativa

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

ALTERA A LEI Nº 2.040, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.051
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Altera a Lei nº 2.040, de 29 de setembro de 2026, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no valor de até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para os fins que especifica, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 2.040, de 29 de setembro de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

§ 1º A ação autorizada no "caput" deste artigo destina-se à execução das seguintes ações:

I – Reforma e Ampliação da Usina de Reciclagem, com as fontes de recurso 1706.3110 – transferência especial da União, 1500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos e 1700.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, no elemento de despesa 449051 – obras e instalações;

II – Gestão de Resíduos

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.051
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Sólidos, com as fontes de recurso 1706.3110 – transferência especial da União, 1500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos e 1700.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, nos elementos de despesa 339039 – outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica, e 449052 – equipamentos e material permanente;

III – Cobertura e Urbanização de Canais, com as fontes de recurso 1706.3110 – transferência especial da União, 1500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos e 1700.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, no elemento de despesa 339039 – outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica;

IV – Urbanização das Rotatórias, com as fontes de recurso 1706.3110 – transferência especial da União, 1500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos e 1700.0000 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, no elemento de despesa 339039 – outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.051
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Heitor Santana da Silva
Secretário Municipal Da Fazenda

Camila Argolo Godinho
Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Transformação Digital

Carlos Krauss de Menezes
Procurador-Geral do Município

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PENAIS E CIDADANIA

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Cria o Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania, e o Fundo Municipal de Políticas Penais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO ÚNICO
DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS PENAIS E CIDADANIA

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO, DA FINALIDADE E DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania fica criado e organizado nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania – CMPPC, fica instituído como órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora, vinculado à Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania (SEMDEC), com a finalidade de formular, acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas municipais voltadas à execução penal, alternativas penais, reintegração social e cidadania.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania:

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

I – propor diretrizes, metas e prioridades para a política municipal de execução e alternativas penais, em consonância com as normas da Lei de Execução Penal (Lei (Federal) nº 7.210, de 11 de julho de 1984) e com as Resoluções CNJ nº 288/2019 e 307/2019;

II – acompanhar e avaliar a execução das políticas, planos e programas voltados à pessoa em cumprimento de pena ou medida alternativa;

III – deliberar sobre as propostas de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Políticas Penais – FMPP;

IV – propor ações de prevenção à reincidência, fortalecimento de vínculos familiares e promoção da justiça restaurativa;

V – promover a articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e sistema de justiça, buscando integração das políticas sociais, educacionais, de trabalho e assistência;

VI – estimular a criação e funcionamento de comissões, conselhos e comitês correlatos, inclusive o Conselho da Comunidade, previsto no art. 80 da Lei de Execução Penal;

VII – fomentar a realização de campanhas, capacitações e estudos técnicos sobre alternativas penais, reinserção social e direitos humanos;

VIII – fiscalizar a execução orçamentária e financeira dos projetos custeados com recursos do Fundo Municipal;

IX – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

X – exercer outras atribuições correlatas à sua finalidade institucional.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho é composto por membros titulares e suplentes, designados por ato do Prefeito Municipal, observada a paridade entre Poder Público e sociedade civil, sendo:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) 2 (dois) da Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania (SEMDEC);

b) 1 (um) da Secretaria Municipal da Defesa Social (SEMDES);

c) 1 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social;

d) 1 (um) da Secretaria Municipal de Saúde;

e) 1 (um) da Secretaria Municipal de Administração;

f) 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação;

II – Representantes da Sociedade Civil e Institucional:

a) 2 (dois) de entidade de defesa dos direitos humanos, igualdade racial ou direitos das mulheres, situadas no âmbito municipal;

b) 2 (dois) de organização com atuação comprovada na área de alternativas penais, reintegração social ou justiça restaurativa, situadas no âmbito municipal;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

c) 2 (dois) de associação ou grupo representativo de pessoas egressas ou familiares de pessoas privadas de liberdade, sediada ou residente no município;

d) 1 (um) representante do Conselho da Comunidade, do art. 80 da LEP;

e) 1 (um) representante da Defensoria Pública.

§ 1º Os membros do Conselho referidos no inciso I deste artigo devem ser nomeados por decreto do Poder Executivo, mediante indicação dos respectivos órgãos.

§ 2º Para fins de eleição dos representantes da Sociedade Civil, referidos no inciso II deste artigo, deve ser realizada assembleia, com ampla e prévia divulgação, sob a coordenação da Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania – SEMDEC.

§ 3º Os membros do Conselho referidos no inciso II deste artigo devem ser nomeados por decreto do Poder Executivo, observados os resultados da assembleia a que se refere o § 2º, conforme procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania – SEMDEC.

§ 4º Os membros do Conselho devem ser substituídos, em suas faltas ou impedimentos, pelos respectivos suplentes, a serem indicados pelos órgãos ou entidades representadas e nomeados por decreto do Poder Executivo.

§ 5º O mandato dos conselheiros é de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 6º A participação no Conselho é considerada serviço público relevante, não remunerado.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

CAPÍTULO III
DO FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PENAIS – FMPP

Art. 4º O Fundo Municipal de Políticas Penais – FMPP fica instituído de acordo com as disposições desta Lei.

Art. 5º O Fundo Municipal de Políticas Penais – FMPP rege-se pela legislação federal aplicável, pela legislação do Estado de Sergipe, por esta Lei, assim como pelas normas internas adotadas pelo Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania.

CAPÍTULO IV
DA NATUREZA DO FUNDO

Art. 6º O Fundo Municipal de Políticas Penais – FMPP, de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania (SEMDEC), é instrumento de captação, gerência, repasse e aplicação de recursos destinados à execução de programas, projetos e ações voltadas às políticas penais e de cidadania.

Art. 7º A Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania – SEMDEC, em conjunto com o Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania, devem adotar ações comuns no sentido de:

I – definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal de Políticas Penais;

II – aplicar os parâmetros da administração financeira pública no dispêndio com recursos do Fundo Municipal de Políticas Penais, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V
DOS RECURSOS

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 8º O Fundo Municipal de Políticas Penais é constituído por recursos oriundos de:

I – multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado, fianças quebradas ou perdidas;

II – repasses realizados pelo Fundo Penitenciário Nacional – Funpen, nos termos do art. 3º-A, § 2º, da Lei Complementar (Federal) nº 79, de 7 de janeiro de 1994;

III – recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, ou quaisquer outras transferências que o Fundo Municipal venha a receber de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

IV – contribuições provenientes de convênios ou de acordo com entidades públicas ou privadas;

V – transferências, convênios e parcerias com órgãos e entidades da União, Estado ou outros Municípios;

VI – valores provenientes de ressarcimento de danos morais coletivos, por sentença judicial transitada em julgado, com destinação expressa ao Fundo Municipal de Políticas Penais;

VII – acordos judiciais ou extrajudiciais e penas pecuniárias destinados a políticas penais;

VIII – rendimentos de aplicações financeiras e outras receitas eventuais que lhe forem destinadas.

IX – saldos de exercícios anteriores;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

X – outras receitas, definidas na regulamentação pelo Conselho Municipal de Políticas Penais;

§ 1º O orçamento do FMPP integra o Orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O orçamento do FMPP deve observar, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º Os recursos do Fundo Municipal de Políticas Penais devem ser depositados obrigatoriamente em uma conta bancária específica, aberta e mantida em instituição financeira oficial, para a movimentação dos recursos, sob a denominação de "Fundo Municipal de Políticas Penais".

Art. 9º Os recursos do Fundo são aplicados em:

I – política de execução de programas e projetos de **reinserção social** e apoio às famílias;

II – formação e capacitação de profissionais que atuem nas políticas penais;

III – ações de justiça restaurativa, prevenção da reincidência e promoção dos direitos humanos;

IV – investimentos em infraestrutura, equipamentos e melhorias dos espaços destinados à execução de medidas alternativas;

V – despesas de custeio, investimento, fomento e manutenção diretamente relacionadas à finalidade do Fundo;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

VI – políticas de alternativas penais;

VII – políticas de desinstitucionalização de pessoas internadas em cumprimento de medida de segurança, visando sua reinserção social;

VIII – políticas de controle e participação social do sistema de justiça criminal, notadamente os conselhos da comunidade e órgãos de prevenção e combate à tortura;

IX – políticas de apoio ao Escritório Social – Núcleo de Apoio às Políticas Penais, Direitos Humanos e Práticas Restaurativas (Programa Resgate da Cidadania), nos termos da Resolução CNJ nº 307/2019.

§ 1º Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso I se destinam com prioridade a ações e projetos que fomentem a integração social de pessoas presas, promovendo a igualdade racial e de gênero, contemplando formação laboral, cursos profissionalizantes e a educação formal, entre outros, sendo vedada a utilização dos recursos para aquisição de instrumentos de uso da força, como armamentos letais, menos letais e algemas, ou quaisquer outros equipamentos e materiais destinados aos órgãos previstos no art. 9º da Lei (Federal) nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

§ 2º Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso VI se destinam com prioridade ao financiamento da estruturação e manutenção de serviços de acompanhamento de alternativas penais com enfoque restaurativo, a fim de constituir fluxos e metodologias para atendimento inicial junto à audiência de custódia, aplicação e execução das medidas, assim como de contribuir para sua efetividade e possibilitar a inclusão social dos cumpridores, a partir das especificidades de cada caso,

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

considerando o disposto na Resolução CNJ nº 288/2019, em especial.

§ 3º Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso VII se destinam com prioridade ao financiamento a implantação, manutenção e qualificação de equipes multidisciplinares que atuem na desinstitucionalização de pessoas internadas, submetidas à medida de segurança, visando o cuidado comunitário contínuo e qualificado por meio de ações de atenção, tratamento, reabilitação e reinserção social, vedada a utilização dos recursos para a construção, reforma, ampliação ou manutenção de hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTP), hospitais psiquiátricos, clínicas, centros de tratamento, comunidades terapêuticas ou entidades correlatas.

§ 4º Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso VIII se destinam a fomentar o controle e a participação social por meio dos Conselhos da Comunidade para atividades de inspeção prisional e fomento da garantia de direitos de pessoas privadas de liberdade e cumpridores de medidas alternativas, assim como de órgãos de prevenção e combate à tortura.

§ 5º Os recursos vinculados aos programas referidos no inciso IX se destinam com prioridade a fomentar a implantação, manutenção e qualificação do Escritório Social - Núcleo de Apoio às Políticas Penais, Direitos Humanos e Práticas Restaurativas – Programa Resgate da Cidadania, nos termos estabelecidos pela Resolução CNJ nº 307/2019.

§ 6º Os recursos oriundos do FUNPEN são destinados exclusivamente ao financiamento de programas previstos nos incisos I, II, III, IV do caput, nos termos do art. 3º-A, § 2º, da Lei Complementar (Federal) nº 79, de 7 de janeiro de 1994.

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Art. 10. Os recursos do Fundo Municipal poderão ser executados diretamente pelo Município ou repassados mediante convênio.

§ 1º As entidades que sejam destinatárias dos recursos do Fundo Municipal devem prestar contas de sua utilização, fornecendo subsídios que permitam ao Poder Executivo avaliar o andamento e conclusão do programa ou projeto desenvolvido em conformidade com o instrumento de pactuação, nos termos da Lei (Federal) nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 2º A prestação de contas tem o objetivo de avaliar o cumprimento do objeto a partir de verificação do cumprimento das metas pactuadas.

§ 3º O relatório de execução do objeto deve conter as descrições das atividades desenvolvidas na consecução do projeto, com comparativos das metas propostas e dos resultados alcançados.

§ 4º Quando a entidade destinatária dos recursos não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o Poder Executivo exige a apresentação de relatório de execução financeira, com as devidas descrições das despesas e receitas, envolvendo a comprovação das relações entre as movimentações dos recursos e os pagamentos das despesas realizadas, assim como a demonstração da coerência entre as receitas previstas e as despesas geradas.

§ 5º Os recursos do Fundo Municipal poderão ser destinados a despesas tanto de investimento como de custeio.

§ 6º O Conselho Gestor, de caráter deliberativo, é o órgão responsável pela gestão do Fundo Municipal, cabendo-lhe, dentre outras atribuições a serem previstas em regulamento:

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

I – estabelecer linhas de políticas prioritárias no Município, deliberar sobre editais de chamamento público, critérios de análise de projetos e sistemas de controle, acompanhamento e avaliação das aplicações efetuadas e da correta aplicação realizada à conta dos recursos do Fundo Municipal para políticas penais;

II – elaborar relatório anual de gestão, incluindo, quando houver estabelecimento prisional no município, dados sobre a quantidade de presos, com classificação por sexo, etnia, faixa etária, escolaridade, atividade de trabalho, o regime e duração da prisão entre outros que forem definidos em regulamentos federais e estaduais vinculados à administração penitenciária, com a anonimização de dados que venham a ser de acesso público, observada a legislação de proteção de dados pessoais;

III – aprovar seu regimento interno.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O exercício financeiro do Fundo Municipal de Políticas Penais deve coincidir com o ano civil.

Art. 12. O saldo positivo do Fundo Municipal de Políticas Penais, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, deve ser transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 13. As atividades de apoio técnico e administrativo necessárias ao atendimento da finalidade, implantação e funcionamento do Fundo Municipal de Políticas Penais, devem ser prestadas pela Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania –

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

SEMDEC, em articulação com a Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ e com a Controladoria-Geral do Município – CGM.

Art. 14. Não podem ser apoiados pelo Fundo Municipal de Políticas Penais e aprovados pelo Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania, ações, projetos e programas incompatíveis com as normas e os critérios desta Lei, ou em confronto com a Política Municipal dos Direitos e Proteção da Pessoa Idosa, de que trata a Lei Municipal nº 896, de 25 de novembro de 2021.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As normas, instruções e/ou orientações regulares, que, se for o caso, se fizerem necessárias à aplicação ou execução desta Lei, devem ser expedidas mediante atos do Poder Executivo.

Art. 16. A gestão financeira e contábil do Fundo é exercida pela Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania (SEMDEC), sob a supervisão e controle do Conselho Municipal de Políticas Penais e Cidadania.

Art. 17. Ao Poder Executivo cabe promover as medidas necessárias para efetivação dos procedimentos orçamentários e financeiros decorrentes das providências resultantes da execução ou aplicação desta Lei, devendo as respectivas despesas correrem à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento do Município para o Poder Executivo, que fica autorizado a abrir os créditos adicionais que se fizerem necessários, na forma legalmente prevista, observando o disposto nos artigos 40 a 46 da Lei (Federal) nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 18. As atividades de apoio técnico e administrativo necessárias ao atendimento da finalidade, implantação e

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.052
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

funcionamento do Conselho devem ser prestadas pela Secretaria Municipal da Defesa da Cidadania – SEMDEC.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Diogo Reis Souza
Secretaria da Defesa da Cidadania

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CONCESSIONÁRIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE PROCEDER AO REPARO E À RECOMPOSIÇÃO DE ESCAVAÇÕES, BURACOS E VALAS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.053
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a obrigatoriedade da concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário de proceder ao reparo e à recomposição de escavações, buracos e valas em vias e logradouros públicos do Município de Nossa Senhora do Socorro, decorrentes de obras ou intervenções por ela executadas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigação da concessionária responsável pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Nossa Senhora do Socorro, proceder, no prazo estipulado no art. 3º desta Lei, ao reparo e à recomposição de toda e qualquer escavação, buraco ou vala em vias e logradouros públicos do Município, desde que decorrentes de obras ou intervenções executadas pela própria concessionária ou por empresas por ela contratadas.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber, a qualquer outra concessionária ou permissionária de serviço público de saneamento básico que venha a executar obras ou intervenções em vias e logradouros públicos do Município.

Art. 2º A concessionária será responsável pela integral recomposição da infraestrutura afetada, abrangendo:

I – o preenchimento, a compactação e o recapeamento asfáltico ou a recomposição do pavimento ao padrão original, em todas

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.053
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

as áreas afetadas por obras de implantação, reparo ou manutenção de redes de água e esgoto;

II – a recomposição de calçadas, passeios públicos, praças e demais áreas impactadas, com a garantia de manutenção da acessibilidade e da segurança dos pedestres.

Art. 3º Os reparos e a recomposição de que trata o artigo anterior deverão ser concluídos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar do término da obra ou intervenção que originou a escavação.

§ 1º Em casos de obras de grande porte, que demandem prazo mais extenso para a recomposição, a concessionária deverá protocolar, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA), justificativa técnica no início dos reparos, indicando novo prazo, que não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos.

§ 2º Na impossibilidade de executar o reparo definitivo no prazo estabelecido no caput, a concessionária deverá realizar reparo provisório no mesmo prazo, assegurando a segurança e a trafegabilidade das vias e logradouros.

Art. 4º O descumprimento dos prazos estipulados no artigo anterior faculta ao Município de Nossa Senhora do Socorro a realização dos reparos necessários, de forma direta ou por meio de terceiros contratados, com a subsequente cobrança à concessionária dos custos integrais da obra, acrescidos de multa administrativa.

§ 1º A multa administrativa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do reparo executado pelo Município, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação municipal.

§ 2º Os valores arrecadados a título da multa prevista no § 1º deste artigo serão recolhidos ao Tesouro Municipal, com destinação vinculada, prioritariamente, a ações de manutenção, recuperação e conservação de vias e logradouros públicos, a cargo da Secretaria

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.053
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA).

§ 3º A fiscalização da execução dos serviços pela concessionária, com vistas a assegurar a efetividade e a qualidade dos reparos, poderá ser exercida pelo Município de Nossa Senhora do Socorro, por meio da SEMINFRA, a qualquer tempo, sem prejuízo da competência regulatória da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (AGRESE) sobre o contrato de concessão.

§ 4º O descumprimento desta Lei sujeitará a concessionária às penalidades previstas no Código de Posturas do Município de Nossa Senhora do Socorro, sem prejuízo da aplicação de outras sanções estabelecidas na legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 5º A recomposição das vias e logradouros públicos deverá observar os padrões técnicos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA), com base nos seguintes critérios:

I – o tipo de pavimentação original da via;

II – a compactação adequada do solo e a correta aplicação dos materiais de acabamento;

III – a manutenção das condições de drenagem e escoamento das águas pluviais;

IV – a preservação da integridade de calçadas e passeios públicos, com a garantia da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 6º A concessionária, previamente à abertura de escavações, valas ou buracos, deverá comunicar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, por meio da SEMINFRA, fornecendo os seguintes dados:

I – a localização exata da intervenção;

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.053
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

II – a natureza e a finalidade da obra ou serviço a ser executado;

III – o prazo estimado para a conclusão da obra e dos reparos.

Art. 7º Em casos de obras emergenciais, a comunicação do início das atividades deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após o início da intervenção, contendo as informações mencionadas no artigo anterior.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município, suplementadas se necessário.

Art. 9º Esta Lei será regulamentada, no que couber, por decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Francis Diogo da Graça Santos
Secretário de Serviços Urbanos

Rosman Pereira dos Santos
Secretaria da Infraestrutura e Urbanismo

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo

ALTERA O ART. 7º DA LEI Nº 1.987, DE 16 DE JULHO DE 2026

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO

LEI Nº 2.054
DE 22 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o art. 7º da Lei nº 1.987, de 16 de julho de 2026, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, Estado de Sergipe,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 1.987, de 16 de julho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

> ***"Art. 7º Ficam criadas 315 (trezentas e quinze) vagas de Professor de Educação Básica, integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal, a serem providas mediante concurso público de provas e títulos, na forma da legislação de regência."***

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Socorro, 22 de outubro de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

SAMUEL CARVALHO DOS SANTOS JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Adriana Gomes Menezes Carvalho
Secretária Municipal da Educação

José Toledo Neto
Secretário Municipal de Governo